

Flaviano Batista do Nascimento
Damião de Lima



ACESSIBILIDADE

avaliação de centros universitários



ACESSIBILIDADE:

Avaliação de Centros Universitários.



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**

Reitora	MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitora	BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA
Pró-Reitora da PRPG	MARIA LUIZA DE ALENCAR MAYER FEITOSA



EDITORA DA UFPB

Diretora	IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisão de Administração	GEISA FABIANE FERREIRA CAVALCANTE
Supervisão de Editoração	ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR
Supervisão de Produção	JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

CONSELHO EDITORIAL

Eliana Vasconcelos da Silva Esvael (Linguística, Letras e Artes)
Fabiana Sena da Silva (Interdisciplinar)
Gisele Rocha Côrtes (Ciências Sociais Aplicadas)
Ilda Antonieta Salata Toscano (Ciências Exatas e da Terra)
Adailson Pereira de Souza (Ciências Agrárias)
Luana Rodrigues de Almeida (Ciências da Saúde)
Maria de Lourdes Barreto Gomes (Engenharias)
Maria Patrícia Lopes Goldfard (Ciências Humanas)
Maria Regina Vasconcelos Barbosa (Ciências Biológicas)

Flaviano Batista do Nascimento
Damião de Lima

ACESSIBILIDADE:
Avaliação de Centros Universitários.

Editora UFPB
João Pessoa-PB
2018

Direitos autorais 2018 - Editora UFPB
Efetuado o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Todos os direitos reservados à Editora UFPB
É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Impresso no Brasil. Printed in Brazil.

Projeto Gráfico Editora UFPB
Editoração Eletrônica Clemente Ricardo Silva
Design de Capa Clemente Ricardo Silva
Imagem da Capa www.freepik.es

CATALOGAÇÃO NA FONTE: Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

N244a Nascimento, Flaviano Batista do.
Acessibilidade: avaliação de centros universitários. /Flaviano Batista do Nascimento, Damião de Lima.
- João Pessoa-PB: Editora UFPB, 2018.
140p. il.
ISBN: 978-85-237-1292-1
1. Educação superior - Avaliação. 2. Acessibilidade - Centros universitários - UFPB. 3. Acessibilidade - Pessoas com deficiência. II. Título.

UFPB/BC

CDU: 378

EDITORA DA UFPB Cidade Universitária, Campus I – s/n
João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
editora.ufpb.br
editora@ufpb.edu.br
Fone: (83) 3216.7147

Editora filiada à:



Livro aprovado para publicação através do Edital No 01/2017, financiado pelo programa de Apoio à Produção Científica - PRÓ-PUBLICAÇÃO DE LIVROS da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação MPPGAV/UFPB, na figura de seus coordenadores, professores, secretários e alunos.

À UFPB e aos demais professores, pelos ensinamentos compartilhados nesses anos tendo sua parcela de contribuição na nossa formação humanística e profissional.

A Editora Universitária pelo aporte e incentivo a publicação desta obra.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
INTRODUÇÃO	11
2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA METODOLOGIA ADOTADA	17
3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ACESSIBILIDADE	23
3.1 A acessibilidade nos EUA e na ONU	24
3.2 A acessibilidade no contexto brasileiro	28
3.3 A inserção da UFPB na política de acessibilidade	32
4 CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE	37
4.1 Estrutura do instrumento.....	39
4.2 Indicador global	41
4.3 Macroindicadores.....	48
4.4 Indicadores.....	49
4.5 Cômputo do Instrumento de Avaliação A6	67
5 TESTE PILOTO CCJ – UFPB	69
5.1 Arquitetônico.....	69
5.2 Comunicacional	103
5.3 Metodológico.....	110
5.4 Instrumental.....	115
5.5 Programático.....	118

5.6 Atitudinal.....	120
5.7 Cômputo do instrumento de avaliação	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS	129
APÊNDICE A – A Acessibilidade e seu Percorso	137
SOBRE OS AUTORES.....	138

APRESENTAÇÃO

Acessibilidade: avaliação de centros universitários. A obra que ora vos apresentamos é, em essência, uma composição interdisciplinar. A sua trajetória teve início no Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV). Esse programa tem como principal objetivo a dinamização das ações acadêmicas e administrativas e a elaboração de um produto que possa ser aplicado na instituição ou fora dela, mas que esteja vinculado à educação e proporcione um novo olhar sobre o labor docente e técnico administrativo, resultando, em última instância, na melhoria do atendimento ao discente.

Vencida essa etapa, que foi a defesa da dissertação, o texto foi submetido a um edital da Pró-Reitora de Pós-Graduação. Neste, a exigência era que o texto tivesse a participação do orientando e do orientador e ganhasse o formato de livro. Essa tarefa exigiu mais um esforço interdisciplinar devido à formação diversa dos dois autores. Aprovado pelos critérios do edital, o trabalho está, finalmente, sendo entregue ao público como uma publicação da Editora da UFPB.

Fruto de uma dissertação, nessa nova etapa, esse estudo / intervenção tem algumas metas a cumprir. A primeira delas é chamar a atenção para a temática da inclusão social. Abordaremos a inclusão de um segmento social que, historicamente, tem sofrido discriminações das mais hediondas e nas mais variadas sociedades. Em algumas delas e em momentos históricos específicos, esse público, para quem estamos direcionando nossa pesquisa / ação, chegou a ser literalmente exterminado. Pelo exposto, é *mister* de qualquer sociedade pautada no viés humanístico e democrático possibilitar a inclusão social, política, econômica e cultural desse segmento social.

A discussão no campo teórico das políticas inclusivas têm ganhado espaço nos últimos anos, como demonstraremos durante o escrito. A segunda meta, e decorrente da primeira, é o envolvimento do mundo

acadêmico nessa temática das políticas de inclusão de forma prática, aliando-a com a teoria. Ou seja, a partir da análise das condições efetivas de um centro acadêmico, discutiremos e teceremos críticas à aplicação das metas e objetivos das políticas inclusivas, em um espaço onde boa parte dessas políticas são pensadas.

Por fim, a terceira e última meta é fazer com que essa produção não fique restrita ao mundo acadêmico. É nosso desígnio que a interdisciplinaridade que está presente em todo o processo, desde a formação diversa dos autores, passando pelas abordagens teóricas e chegando até o instrumento de avaliação, que apresentamos como resultado final ao chegar aos leitores possa ganhar vida em ações que possibilitem, ao ideário original, alcançar seu desiderato.

Pelo exposto, o texto foi pensado e escrito de maneira que possa atingir a toda classe de leitor que se interesse pela temática da inclusão social e também para um público mais específico cuja profissão se relacione com essas ações, no caso, os gestores públicos e privados, os engenheiros, em especial, os engenheiros civis e os arquitetos.

De forma prática, ao mesmo tempo em que criamos um instrumento de avaliação, orientamos novas ações que facilitem o trabalho de profissionais das mais variadas áreas que estejam envolvidos direta ou indiretamente com a inclusão de pessoas com deficiência. Em síntese, é uma leitura que poderá ser degustada por todas as áreas do conhecimento.

João Pessoa, fevereiro de 2018.

OS AUTORES

1 INTRODUÇÃO

A educação, há décadas, vem sendo formulada sob a égide do desenvolvimentismo econômico, como afirma Unterhalter (2012, p. 165):

A educação ocupa lugar especial nas teorizações de desenvolvimento formuladas desde a década de 1950. Sob condições de mudanças, marcadas inicialmente pela economia da Guerra Fria e pela descolonização e, mais tarde, pela globalização e por realinhamentos políticos da era pós-Guerra Fria, [...].

Assim, para se compreender a política do ensino superior nas sociedades atuais, é necessário ter a clareza de que ela não está desvinculada da política neoliberal imposta pelo processo econômico de globalização que permeia o mundo contemporâneo, provocando transformações no cenário internacional e nacional (CASTRO, 2011).

Essas transformações promovem uma nova corrida entre as nações, onde o saber se torna a mola propulsora da economia global, de modo que “aumenta cada vez mais o número de nações que são ou aspiram a ser *economias do conhecimento*” (HARGREAVES, 2012, p. 353, grifo do autor).

A partir deste contexto, as universidades passaram a ser vistas pelo Estado e pelas organizações mundiais (Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e grupos empresariais) como uma ferramenta de alavancagem do crescimento econômico. “Por essa razão, ocorreu, em certa medida, um processo de intensificação da mercantilização da educação superior, tanto no setor privado como no setor público” (SOUSA; NOVAES; CHAVES, 2015, p. 19 *apud* CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2010, p. 68).

Esta mercantilização veio a reboque de

[...] um desequilíbrio global de poder, que tem sua origem não mais no uso da força e das armas, mas no domínio do conhecimento, nos avanços científico-tecnológicos. Isso faz com que os países menos desenvolvidos sintam a necessidade de melhorar a qualidade da educação em todos os níveis e, assim, venham a se tornar mais competitivos no mundo globalizado (CASTRO, 2011, p. 22).

Portanto, não foi diferente no Brasil; muitas são as políticas de estado influenciadas por esse cenário internacional, mais precisamente na educação superior, delineadas por programas de expansão do número de vagas, tendo, como principais programas, o Programa Universidade para Todos (Prouni), sancionado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 e o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. O primeiro é destinado ao sistema de ensino superior privado, por meio da concessão de bolsas de estudos. O segundo tem por objetivo o aumento de vagas no ensino superior público, por meio da ampliação física das universidades federais.

Estas políticas expansionistas conduziram o país a um aumento no número de vagas no ensino superior de 113.263 vagas em 2002, para 245.983 vagas em 2014, representando, percentualmente, mais de 100% de ampliação das vagas nesta modalidade de ensino (BRASIL, 2015).

Dentro desta política de expansão, “foram incorporadas políticas de ações afirmativas¹” (SOUSA JUNIOR, 2011, p. 44), por meio da reserva de vagas destinadas às cotas sociais e raciais.

1 Ações afirmativas são políticas públicas que visam corrigir uma história de desigualdades e desvantagens sofridas por um grupo racial (ou étnico), em geral frente a um Estado nacional que o discriminou negativamente. (MARQUES et al., 2015, p. 689 *apud* CARVALHO, 2008, p. 51).

Uma cota social é a reserva de um número [de] vagas para certos candidatos com o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades. Por sua vez, a cota racial é a reserva de vagas para membros de determinada cor, raça ou etnia (FRIAS, 2012, p. 131).

Logo, muitos foram os grupos historicamente marginalizados que ingressaram no ensino superior, “[...] projetando importantes modificações nesse nível de ensino” (CASTRO, 2011, p. 19).

Em meio a esses grupos sociais, estão as pessoas com deficiência². No Brasil, mais de 45,6 milhões, declararam ter pelo menos algum tipo de deficiência, segundo o censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contabilizando 23,9% da população de um total de 190 milhões de habitantes (IBGE, 2010).

No entanto, para Góes (2015, p. 1004):

[...] as políticas públicas federais e estaduais têm priorizado as políticas compensatórias com o discurso de diminuir em curto prazo as discrepâncias sociais (onde se enquadram as ações afirmativas), entretanto, a pessoa com deficiência ainda não está incluída como beneficiária destas ações em todas as regiões do país, uma vez que essas políticas têm beneficiado principalmente os afrodescendentes, índios e os oriundos de escolas públicas. Como pode ser observado a partir das apresentações e discussões ocorridas no IV Encontro sobre Desigualdade Regional e Políticas Públicas, ocorrida em 03 de dezembro de 2012 na Universidade do ABC.

Mesmo sendo ainda pequena a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior, na visão de Góes (2015) “[...] a maioria que ingressa no ensino acaba por evadir, principalmente devido ao despreparo da

2 O termo adotado nesta obra “pessoa com deficiência” está em consonância com o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009).

própria instituição e de seus profissionais para lidarem com estes [...]” (CAMPOS, 2014).

A partir da observação do ingresso de um novo público que demanda uma assistência diferenciada, no tocante à acessibilidade desses, a estrutura universitária e os gestores acadêmicos devem entender que também demanda uma nova forma de gestão. Portanto, só através da valorização dos conhecimentos relativos à acessibilidade das políticas de ações afirmativas terão uma maior inserção no meio acadêmico.

Dentre esses aspectos, aferir se os direitos dessas pessoas estão sendo atendidos ou não, promoverá um melhor conhecimento do tema, com relevância no campo da gestão. Nesse sentido, a questão-problema que se coloca é a seguinte: Quais as condições de acessibilidade dos Centros Universitários, nas Instituições de Ensino Superior, para a garantia do acesso e permanência de pessoas com deficiência? Entende-se que essa obra se justifica na atual conjuntura universitária, tendo em vista a necessidade de avanço rumo à melhoria da qualidade do ensino ofertado aos estudantes universitários com deficiência que circulam por elas.

Em vista do exposto, constitui-se, como objetivo primeiro desta obra avaliar as condições de acessibilidade dos Centros Universitários, através da criação de um instrumento de avaliação que tenha por resultado um indicador do nível de acessibilidade dos centros acadêmicos universitários nas Instituições de Ensino Superior.

Para alcançar este objetivo, inicialmente, buscou-se o entendimento histórico da política de acessibilidade a partir do conjunto de leis que a regulam no contexto internacional, nacional e universitário. Em seguida, desenvolver um modelo de avaliação do grau de acessibilidade em centros acadêmicos universitários nas IES, e conseqüentemente, testar o instrumento de avaliação em um centro acadêmico, que por questões práticas e geográficas realizou-se na UFPB.

Este livro é composto por seis capítulos. O primeiro é composto pela presente introdução que relaciona as ações de mercado com as políticas adotadas no ensino superior nacional a partir da lógica neoliberal.

O segundo capítulo, intitulado “Considerações a cerca da metodologia adotada”, introduz, fundamenta e situam a motivação desta publicação, a metodologia seguida e a estruturação do instrumento de avaliação.

O capítulo 3, descreve a evolução histórica da legislação a despeito da acessibilidade na conjuntura político-social das nações, órgãos mundiais e instituições de ensino.

O quarto capítulo, Construção do instrumento de avaliação da acessibilidade, explana pormenorizadamente a composição do instrumento construído para avaliar a acessibilidade suas dimensões, além de apresentar a sistemática de apuração numérica do instrumento.

No capítulo 5, são apresentadas as avaliações e as justificativas do teste piloto aplicado ao CCJ – UFPB, para cada conceito do instrumento de avaliação da acessibilidade e seu resultado.

No último capítulo, são abortadas as reflexões finais do instrumento de avaliação da acessibilidade, o seu teste piloto e suas implicações teórico-práticas no dia-a-dia das pessoas com deficiência no alcance da equidade entre todos.

2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA METODOLOGIA ADOTADA

A presente obra decorreu da observação dos constantes obstáculos em acessibilidade enfrentados pelos discentes com deficiência em suas trajetórias acadêmicas no âmbito da UFPB.

Frente a isso, empreendeu-se um estudo que examinasse quais as condições de acessibilidade dos centros universitários, permitindo, assim, verificar os problemas que interferem no dia a dia acadêmico desses alunos por meio de um instrumento de análise que pudesse ser aplicado a qualquer centro acadêmico universitário e demais espaços públicos ou privados onde essas pessoas interajam.

Para tanto, realizou-se um trabalho de caráter prático e funcional, de modo a se promover uma reverberação do tema entre os atores que formam a comunidade universitária, pois o assunto proposto demanda uma relação de proximidade com o cotidiano das estruturas físicas e organizacionais com as quais os discentes com deficiência mantêm vínculo acadêmico.

Segundo Gil (2008), esse formato de estudo é classificado em sua natureza como pesquisa aplicada e seus traços estão fundamentados em um conjunto de princípios que

[...] têm, como característica fundamental, o interesse na aplicação, utilização e conseqüências práticas dos conhecimentos. Sua preocupação está menos voltada para o desenvolvimento de teorias de valor universal que para a aplicação imediata numa realidade circunstancial (GIL, 2008, p. 27).

Conferidas essas características, a obra foi empreendida mediante um estudo descritivo, tomando por base o fato de que “a pesquisa com análise descritiva tem por premissa buscar a resolução de problemas

objetivando mudanças de práticas por meio da observação, análise e descrições objetivas”. (ARAGÃO; FERREIRA, 2011, p. 226).

Acostado a esse instrumento metodológico, estabelece-se, assim, uma ligação lógica dos objetivos específicos com o objetivo geral desta obra, conferindo-se a fundamentação necessária para o delineamento dos contornos e nuances do estudo ora explanado. Assim, descrevem-se, a seguir, os passos que foram dados para a estruturação desse estudo.

No primeiro momento, buscou-se, por meio de pesquisas bibliográfica e documental, historiar a política de acessibilidade a partir de suas raízes históricas e seus desdobramentos com vistas a entender-se as suas formas e abrangências, dados pela literatura especializada (livros, monografias, dissertações, teses, artigos e periódicos), instrumentos legais (leis, decretos, resoluções e normas) e *sites* (especializados, institucionais e governamentais) no contexto internacional e nacional; além das definições atribuídas a ela pelo Estado brasileiro em sua legislação vigente e sua inserção na UFPB.

À luz de um trabalho bibliográfico e documental, foi tecida uma linha do tempo constituída pelos fatos e acontecimentos mais significativos que fortaleceram a acessibilidade, junto às sociedades e instituições, decorrentes de movimentos de enfrentamentos e lutas, sucedidos por grupos sociais de diversas nações com a finalidade de proporcionar equidade de direitos e cidadania às pessoas com deficiência entre os tidos como normais.

Após o procedimento teórico, necessário ao desenvolvimento e aprofundamento da obra, buscou-se um instrumento que abrangesse a acessibilidade em todas as dimensões conceituais que a definem, segundo Elali (2002 *apud* ELALI; DINIZ, 2014, p. 56-57), estão categorizadas por: acessibilidade física; acessibilidade comunicacional; acessibilidade social e acessibilidade psicológica, ao passo que, para Sasaki (1997), essas dimensões são classificadas em: acessibilidade arquitetônica; acessibilidade comunicacional; acessibilidade metodológica; acessibilidade instrumental; acessibilidade programática e acessibilidade atitudinal. Entretanto, os estudos encontrados sobre a acessibilidade não expressam, em suas

investigações, instrumentos que avaliem mais de uma dimensão da acessibilidade, a exemplo de: Fonseca, Gomes e Vanz (2011); Silva et al. (2013); Cambruzzi, Costa e Denari (2013); Torres, Mazzoni e Alves (2002) e Corrêa (2014).

Perante a constatação de que não havia um instrumento de avaliação no meio acadêmico que se aplicasse a presente obra, partiu-se em busca de um modelo que se aproximasse do propósito aqui perseguido. Nesta busca, percebeu-se, no instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância, aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) nas avaliações de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento das Instituições de Ensino Superior (IES) a estrutura adequada para a elaboração do instrumento da presente obra, visto que o instrumento de avaliação do INEP “[...] é a atual ferramenta que subsidia os atos autorizativos de cursos no Brasil” (WEINZIERL, 2012, p. 01).

Todavia, decidiu-se não utilizar as expressões matemáticas adotadas pelo INEP, pois ela, no entender dos autores, tem outros fins que estão associados ao julgamento dos cursos de graduação para autorizar ou não o seu funcionar.

Desde modo, para o cômputo deste instrumento, optou-se pela média matemática, uma vez que esta possibilita transportar, para um ponto central, os picos e vales de uma apuração numérica, assumindo uma posição de equilíbrio e servindo para efeitos comparativos em futuros testes.

Porém, para definir-se a média matemática que melhor tivesse por resultado as reais condições de acessibilidade dos centros acadêmicos avaliados, foram selecionadas quatro médias, a saber: média aritmética simples; média aritmética ponderada; média harmônica simples e média geométrica simples. A apuração se deu por meio de simulação computacional a partir do *software* Office Excel 2007.

Para os descritores de cada indicador, foram adotados valores numéricos de 1 a 5, usando a Escala de Likert como número, isto é,

tratando os dados obtidos como intervalos. Entretanto, lembra Becker (2015), que a utilização da Escala de Likert é motivo de grande debate teórico na literatura científica acerca de sua metodologia em considerar a escala ordinal ou intervalar.

Portanto, já de posse da estrutura e expressão matemática do instrumento deste trabalho, foram definidos quais dimensões seriam avaliadas quanto à acessibilidade. Nessa etapa, foi apreciado o mérito das definições dadas às dimensões da acessibilidade por Elali (2002 *apud* ELALI; DINIZ, 2014) e Sasaki (1997).

Confrontando as dimensões dadas pelos autores à acessibilidade, foi elaborado o Quadro 1, onde são dispostas as dimensões perfiladas de acordo com o nível de equivalência entre elas. Assim, a correlação das dimensões de Elali (2002 *apud* ELALI e DINIZ, 2014) e Sasaki (1997), estão em: física com arquitetônica; comunicacional com comunicacional e social com atitudinal. Observou-se, no entanto, que nem todas as dimensões têm correspondência direta, pois estão relacionadas a questões conceituais distintas.

QUADRO 01 – Equivalência das dimensões da acessibilidade entre Elali / Sasaki.

DIMENSÕES DA ACESSIBILIDADE	
ELALI	SASSAKI
Física	Arquitetônica
Comunicacional	Comunicacional
Social	Atitudinal
Psicológica	-----
-----	Metodológica
-----	Instrumental
-----	Programática

FONTE: Elaborado pelos autores, 2016.

A partir das conclusões de equivalência entre as dimensões expostas no Quadro 1, averiguou-se que as dimensões atribuídas por Elali (2002 apud ELALI e DINIZ, 2014) à acessibilidade estão contidas nas dimensões atribuídas por Sasaki (1997), com exceção da dimensão psicológica; a recíproca, no entanto, não é verdadeira, pois metade das dimensões classificadas por Sasaki (1997) não estão contidas nas dimensões de Elali (2002 apud ELALI e DINIZ, 2014).

Deste modo, considerando que as dimensões definidas por Sasaki (1997) acerca da acessibilidade estão mais explícitas em sua definição e delimitação e que a dimensão psicológica descrita por Elali, não consistem nos objetivos da presente obra, pois verifica a “percepção da pessoa ou o grupo em relação à ‘receptividade’ do ambiente a si” (ELALI, 2014, p. 57). Assim, decidiu-se, nesta obra, avaliar as dimensões que Sasaki (1997) atribui à acessibilidade.

Por fim, para atingir-se o cerne do instrumento deste estudo, adotou-se uma abordagem metodológica do tipo qualitativa, posto que ela “é utilizada para investigar problemas que os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar, em virtude de sua complexidade” (RODRIGUES, 2006, p. 90).

Nesses termos, concluiu-se o instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em centros acadêmicos universitários.

Finalizada a elaboração do instrumento, passou-se para a fase de aplicação dele, pelo qual foi tomado, como amostra, o Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da UFPB, que foi escolhido por ter uma estrutura arquitetônica nova e bem delimitado em relação aos demais centros da UFPB, que constituem o Campus I.

Escolhida a amostra do trabalho, foi solicitada uma autorização formal à direção de centro do CCJ para a aplicação do teste piloto. Ante o deferimento do pedido, foi realizada, em campo, no período de outubro de 2016 a janeiro de 2017, a coleta de dados – por meio de medição (trena manual de 5m e nível de bolha de 30 cm), de pesquisas no *site* do centro,

de documentos que norteiam as ações do CCJ e de registros fotográficos das condições existentes no ambiente estudado.

Colhidos os dados, passou-se à análise e interpretação que embasará as justificativas e avaliações dos indicadores de cada dimensão; em seguida, foram resolvidas as equações matemáticas do instrumento, que trouxeram, por resultado, um indicado global do centro acadêmico avaliado em função das condições de acessibilidade em seu envolto.

Finalmente, foram expressas, por meio das conclusões, o retrato observado pelo instrumento elaborado nesta obra acerca das condições de acessibilidade enfrentadas pelos discentes com deficiência no âmbito do centro acadêmico avaliado.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ACESSIBILIDADE

Não é tão simples falar da acessibilidade. Primeiro, porque muitas são as definições atribuídas a ela em todo o mundo – a partir do grau de conjecturas construídas por cada nação nas diversas dimensões que a compõem, passando pelo amadurecimento cívico que abarca cada povo. No Brasil não é diferente, pois podem-se enumerar leis, decretos e normas que resultam em dissonância sob a significação atribuída à acessibilidade em sua constituição teórica, a exemplo dos documentos oficiais apresentados a seguir:

O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.098/2000, traz a seguinte definição, em seu capítulo III, artigo 8º, inciso I:

[...] acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015, em seu livro I, título I, capítulo I, artigo 3º, define

[...] acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Pode-se observar que o espaço de tempo entre o decreto nº 5.296/2004 e a Lei nº 13.146/2015 é de dez anos e meio, apontando que esta seja a justificativa para a divergência entre as definições dadas à acessibilidade. No entanto, dois meses após a publicação da Lei nº 13.146/15, é anunciada uma nova definição por meio da norma técnica NBR 9050/15, que declara:

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance, **percepção e entendimento** para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (Grifo nosso).

Na redação dada pela NBR 9050/15 são acrescentados os termos “percepção e entendimento” que não fazem parte do conceito expresso na Lei nº 13.146/15 sobre a acessibilidade, não tendo, assim, consenso, mas uma aproximação em sua concepção, indicando que o conceito de acessibilidade é diversificado e relacionado a muitos elementos.

O segundo, porque o tema não é tratado pormenorizadamente em sua abrangência conceitual, resumindo-se meramente a conteúdos já abordados em diversas pesquisas.

3.1 A acessibilidade nos EUA e na ONU

Assim, acessibilidade como expressão do direito de cidadania para as pessoas com deficiência, como hoje está apresentada, remonta às guerras promovidas³ e perdidas pelos Estados Unidos, dado que sua

3 Os Estados Unidos, por ser um país historicamente envolvido em grandes batalhas, veio acumulando durante muitos anos veteranos de guerras mutilados ou com outras sequelas físicas, que, ao retornarem a seu país, eram vistos

população de pessoas com deficiência aumentou com os diversos soldados mutilados nas linhas de frente das batalhas nas várias guerras de que participaram. Entre essas guerras, a que mais contribuiu para que essa questão viesse à tona foi a Guerra do Vietnã (1958 a 1975), de modo que, como decorrência dela, foi ampliado, significativamente, o número de americanos com deficiência.

Na década de 1970, não só os veteranos de guerra, mas também os grupos sociais formados por pessoas com deficiência massificaram os movimentos sociais norte-americanos que formaram um grande movimento a favor das pessoas com qualquer tipo de deficiência e que permanece muito forte na atualidade, como mostra a Figura 01.

FIGURA 01 – Movimentos sociais norte-americanos pelos direitos das pessoas com deficiência.



FONTE: (DISABILITY..., 2013)

como incapazes e por vezes repugnantes, como retrata os filmes “O Poder da Esperança”, de 2007, do diretor Steven Soderbergh, e “Nascido em 4 de julho”, de 1989, do diretor Oliver Stone.

Assim, em 1973, é estabelecida a primeira lei que defende os direitos destes indivíduos, a Lei de Reabilitação⁴ (*Rehabilitation Act*), criada pelo governo norte-americano, para promover mudanças e adaptações nos ambientes escolares e locais de trabalho.

Por meio desta lei, o tema foi ganhando notoriedade em diversas nações e meios sociais, resultando, em 9 de dezembro de 1975, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (*Declaration on the Rights of Disabled Persons*), constituída por treze cláusulas direcionadas a garantir os direitos das pessoas com deficiência em todos os países-membros que compõem a ONU.

Em 1976, a mesma organização promulga a Resolução n° 31/123 que estabelece o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (*International Year of Disabled Persons*) com o tema “*full participation*”. Uma nova Assembleia Geral, no ano de 1979, aprova a Resolução n° 34/154, que altera o tema para “*full participation and equality*”, por orientação do Comitê Consultivo para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, fruto de sua primeira sessão, realizada de 19 a 23 março de 1979, tendo em vista uma maior abrangência do *slogan*.

Em seu texto original, é proclamada a participação plena das pessoas com deficiência na vida e no desenvolvimento de suas sociedades, em condições de igualdade as dos outros cidadãos, resultando no desenvolvimento socioeconômico, a partir do seguinte conjunto de objetivos:

- a. Ajudando pessoas com deficiência em sua adaptação física e psicológica para a sociedade;
- b. Promover todos os esforços nacionais e internacionais para fornecer pessoas deficientes com assistência adequada, formação, cuidados e orientação, para disponibilizar-lhes

4 Segundo Camisão (2010), nesse período a acessibilidade, torna-se quesito indispensável no enfoque dos direitos humanos e cidadania para as pessoas com deficiência.

- oportunidades de trabalho adequado e assegurar a sua plena integração na sociedade;
- c. Projetos de estudo e de pesquisa encorajadores destinadas a facilitar a participação concreta das pessoas com deficiência na vida diária, por exemplo, melhorando o seu acesso aos edifícios públicos e sistemas de transporte;
 - d. Educar e informar o público sobre os direitos das pessoas com deficiência para participar e contribuir para vários aspectos da vida econômica, social e política;
 - e. Promoção de medidas eficazes para a prevenção da deficiência e para a reabilitação das pessoas com deficiência (UN, 1976, tradução nossa).

No ano seguinte ao Ano Internacional das Pessoas Deficientes, mais uma vez a ONU promoveu ações voltadas às pessoas com deficiência com a aprovação do Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes (*World Programme of Action Concerning Disabled Persons*), por meio da Resolução nº 37/52, onde reitera:

[...] a contínua necessidade de promover a realização do direito das pessoas com deficiência de participar plenamente na vida social e no desenvolvimento de suas sociedades e para desfrutar de condições de vida iguais aos dos outros cidadãos, bem como compartilhar igualmente as melhorias nas condições de vida resultante do desenvolvimento social e econômico (UN, 1982, tradução nossa).

As ações da ONU continuaram com a exortação de seus Estados-membros para A Década Internacional das Pessoas Deficientes (*The International Decade of Disabled Persons*), que estipulava a implementação das metas aprovadas no Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes, no período de 1983 a 1992, julgando que a duração do Programa de Ação Mundial não pôde realizar as atividades recomendadas.

Assim, a ONU por meio de suas resoluções promoveu, em seus países-membros, um significativo impulso nas discussões e elaborações de direitos para as pessoas com deficiência.

Nos Estados Unidos, a luta por direitos mais sólidos resultou, em 26 de julho de 1990, na Lei dos Americanos com Deficiência (*Americans with Disabilities Act*) conhecida pela abreviatura ADA.

Em sua redação, é apresentada à sociedade o termo “acessibilidade”, ainda de maneira muito incipiente, mas direcionado para o acesso ao ambiente construído. Este termo, a partir de então, veio a figurar em outros documentos oficiais publicados no âmbito nacional e internacional.

A ADA ainda preencheu uma lacuna nos direitos das pessoas com deficiência, pois elas não dispunham de nenhum recurso legal para combater as discriminações que lhes eram impostas. Até então, a única lei que os assistiam era a Lei de Reabilitação, de 1973, que tinha sua abrangência limitada apenas às entidades que recebiam verbas federais americanas (RUBIN, 1999).

Hoje, a ADA é tida “[...] como o mais abrangente instrumento legal referente aos direitos civis promulgado desde a Lei dos Direitos Civis [Americanos] de 1964” (RUBIN, 1999, p.30, tradução nossa).

Do mesmo modo, a ONU, três anos após a publicação da ADA, traz a Resolução nº 48/96, que estabelece Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (*Standard Rules on the Equalization of Opportunities for Persons with Disabilities*), promovendo a afirmação da acessibilidade como área-alvo para a igualdade de participação da pessoa com deficiência em todos os níveis sociais.

3.2 A acessibilidade no contexto brasileiro

Guiada por essas deliberações fomentadas pela ONU, a acessibilidade entra no Brasil pela porta da NBR 9050 que, em 1º de setembro de 1985, publica a primeira norma técnica que compreendeu as edificações e o mobiliário urbano para os indivíduos com deficiência sob o título NBR

nº 9050/1985 “Adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente”, elaborada pelo Comitê Brasileiro de Construção Civil (CB-2) (MORAES, 2007, p. 61).

Dentre seus objetivos estava

[fixar] as condições exigíveis, bem como os padrões e as medidas que [visassem] propiciar às pessoas deficientes melhores e mais adequadas condições de acesso aos edifícios de uso público e às vias públicas urbanas (ABNT, 1985 *apud* MORAES, 2007, p. 61).

No ano de 1994, uma revisão da norma foi apresentada, incluindo a acessibilidade em seu título “Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos” e atribuindo-lhe o conceito, que descreve, “acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos” (NBR 9050, 1994, p. 02).

Assim, a sociedade brasileira recebe o primeiro documento oficial que ampara a luta por igualdade frente aos ambientes e espaços construídos, trazendo a acessibilidade para o cerne das discussões nacionais – inicialmente dentro da óptica urbana e arquitetônica.

Por parte do Governo Federal, é publicado o decreto nº 3.298/99 que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispendo sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, difundindo a acessibilidade em quatro momentos em sua redação. São eles:

- a. Nas construções e reformas em estabelecimento de ensino a luz da NBR 9050 (BRASIL, 1999, cap. VII, seção II, art. 24, inciso VI, parágrafo 5º);
- b. Na viabilidade do ambiente de trabalho na execução das tarefas de pessoas com deficiência aprovadas em concurso público (BRASIL, 1999, cap. VII, seção IV, art. 43, parágrafo 1º, inciso III);

- c. Nas instalações desportivas dos estabelecimentos de ensino, do pré-escolar à universidade (BRASIL, 1999, cap. VII, seção V, art. 46, inciso V);
- d. Nos programas desenvolvidos pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) na remoção de barreiras físicas e arquitetônicas em sítios de interesse histórico, turístico, cultural e desportivo (BRASIL, 1999, cap. XI, art. 58).

Mas, só em 19 de dezembro de 2000, o governo brasileiro publica uma lei que traz a acessibilidade como um instrumento de combate às barreiras físicas e atitudinais enfrentadas e vivenciadas pelas pessoas com deficiência. Assim, a Lei nº 10.098/00 descreve, em seu preâmbulo, que: “Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências” (BRASIL, 2000).

Com base nesta lei, a acessibilidade rompeu a fronteira da óptica urbana e arquitetônica inicialmente implicada a ela. Assim, seu novo contorno foi ampliado para os transportes, os sistemas e meios de comunicação pela nova caracterização dada a seu conceito.

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, **dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação**, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000, art. 2º, inciso I, grifo nosso).

Esse novo contorno vem ser ampliado mais uma vez com a publicação do decreto nº 5.296/04, que regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, em que é acrescentada a acessibilidade aos dispositivos de transporte e meios de informação em sua definição expressa no art. 8º, inciso I, onde se encontra:

Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e **dos dispositivos**, sistemas e meios de comunicação e **informação**, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004, art.8º, inciso I, grifo nosso).

Mais tarde, novas ações internacionais promovidas pela ONU vêm a dar maior notoriedade à acessibilidade com a publicação da Resolução nº 61/106, que trata dos direitos das pessoas com deficiência. Esta resolução foi aberta à participação de todos os Estados-membros, a partir do ano de 2007, a qual determina oito princípios gerais para a promoção e proteção dos direitos e a dignidade das pessoas com deficiência. São eles:

- a. O respeito pela dignidade inerente, autonomia individual, incluindo a liberdade de fazer as próprias escolhas, e independência das pessoas;
- b. Não discriminação;
- c. Participação e inclusão na sociedade completa e eficaz;
- d. O respeito pela diferença e aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- e. Igualdade de oportunidade;
- f. **Acessibilidade**;
- g. Igualdade entre homens e mulheres;
- h. Respeito pelas capacidades de desenvolvimento das crianças com deficiência e respeito pelo direito das crianças com deficiência a preservarem as suas identidades (UN, 2006, grifo nosso, tradução nossa).

Portanto, vê-se, a partir dos princípios gerais norteados pela resolução, que a acessibilidade ocupa lugar de destaque na efetivação das pessoas com deficiência nas sociedades em que figuram.

Outro destaque significativo dado à acessibilidade encontra-se no artigo 9º da mesma resolução, cujo título é *Accessibility*, e aplica medidas que deverão ser cumpridas pelos Estados Partes que aderirem à convenção para seu alcance.

Dos 193 Estados-membros da ONU em todo o globo, já são 164 Estados Partes que ratificaram a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, tendo a acessibilidade como um dos princípios gerais.

O Brasil como Estado-membro assina a resolução 61/106 em 30 de março de 2007 sendo ratificada pelo Congresso Nacional, junto à ONU, em agosto de 2008. Contudo, só em 25 de agosto de 2009 o documento é promulgado por meio do decreto presidencial nº 6.949.

Dessa maneira, todos os termos estabelecidos pela referida resolução entraram em vigor em território nacional com status de emenda constitucional.

Em 2015, o Brasil institui, por meio da Lei nº 13.146, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Este Estatuto vem a consolidar e ampliar os direitos dos indivíduos com deficiência temporária ou permanente, assegurando-lhes o direito à acessibilidade como um dever do Estado, da sociedade e da família. Esta lei deu passos muito maiores que outras já publicadas para o alcance da acessibilidade em transpor as fronteiras não só urbanas e arquitetônicas, mas também, as que não se podem ver, mas sentir ou perceber.

3.3 A inserção da UFPB na política de acessibilidade

A UFPB teve sua história marcada, no que concerne à acessibilidade, pela criação do Núcleo de Educação Especial (NEDESP)⁵, no Centro de Educação (CE), no ano de 1990, com o propósito principal de ofertar

5 Mesmo antes do Governo Federal instituir políticas de acessibilidade, a UFPB por meio do NEDESP demonstrou estar em sintonia com os problemas vivenciados pelos alunos com deficiência ingressantes na instituição.

serviços de assistência aos estudantes com deficiência ingressantes na instituição. Segundo Galvino, Silva e Ramalho (2011, p. 5-6),

Seu surgimento deu-se pelo empenho da equipe de docentes responsáveis da área de Educação Especial do Centro de Educação, que elaboraram projetos psicopedagógicos voltados para a educação inclusiva. O NE-DESP desenvolve dois tipos de atividades, uma voltada ao atendimento aos portadores de necessidades especiais (social, psicológico, pedagógico, psicomotricidade e o Braille) e a outra, à capacitação de recursos humanos (cursos, extensão e estágios).

Em 2003, a Pró-Reitoria de Graduação (PRG) instituiu o Comitê de Apoio ao Estudante Portador de Necessidades Especiais (COMPORTA ESPECIAL) (CAVALCANTE, 2015). Este comitê teve a função de promover apoio aos estudantes com deficiência, visando atender os seguintes objetivos:

- a. Ampliação, de forma planejada e sustentável, do suporte adequado ao estudante com necessidades especiais nas questões de **acessibilidade pedagógica**.
- b. Priorização, na ampliação e reforma do espaço físico da UFPB, da construção de rampas e passarelas para o acesso da pessoa com mobilidade reduzida, e da instalação de bebedouros e telefones públicos acessíveis ao usuário de cadeira de rodas.
- c. Promoção de cursos de BRAILLE e de Língua de Sinais para estudantes, professores e funcionários.
- d. Promoção de cursos de formação para intérprete de Língua de Sinais.
- e. Elaboração de plano de ação que possibilite ao estudante com necessidades especiais local de estágio compatível com a sua necessidade e deficiência (UFPB, 2009, p. 129, grifo nosso).

Através do COMPORTA a acessibilidade torna-se uma política institucional na UFPB. Entretanto, ainda restrito, tão somente, aos aspectos pedagógicos.

Outra direção foi dada em 2012, com a formação do Laboratório de Acessibilidade (LACESSE) a partir do grupo de pesquisa “Qualidade, acessibilidade, tecnologia e conforto no ambiente construído”, formado em 2009. O LACESSE está ligado ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) (LACESSE, 2014).

Com a constituição desse laboratório, foi atribuído um novo viés à caracterização até então dada à acessibilidade na UFPB – acessibilidade arquitetônica.

Para aglutinar estas e outras facetas da acessibilidade, a UFPB cria um organismo em 2013, a partir da Resolução nº 34/2013, do Conselho Universitário (CONSUNI), que estabelece o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), com caráter de assessoria especial vinculado à Reitoria.

Ao CIA, foram definidas as seguintes competências:

- I- Garantir que os processos seletivos da UFPB sejam acessíveis desde a elaboração dos editais até a sua conclusão;
- II- Desenvolver ações junto a PROGEP a fim de promover cursos de capacitação para tornar a comunidade acadêmica cada vez mais inclusiva;
- III- Apoiar e Orientar as Coordenações de Curso de qualquer unidade acadêmica para identificar, acompanhar e desenvolver ações a fim de suprir as demandas dos discentes com deficiência nos cursos de graduação e pós-graduação;
- IV- Implementar soluções para a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação visando à melhoria da qualidade do atendimento educacional oferecido pela instituição e para garantir a **acessibilidade** em todos os âmbitos;

V- Criar e Manter canal de comunicação para identificar as demandas individuais da comunidade acadêmica possibilitando soluções a essas dificuldades;

VI- Construir agenda de prioridade e elaboração de projetos com metas de execução anual, para a eliminação das barreiras arquitetônicas da UFPB em seus diversos campi;

VII- Incentivar à realização de estudos e pesquisas que objetivem identificar ou atender a comunidade acadêmica com deficiência, mapeamento da produção acadêmica relacionada a essas necessidades e incentivo a produção de novas pesquisas que venham a suprir as demandas levantadas;

VIII- Estimular o desenvolvimento de projetos de extensão na área de **acessibilidade** para atender às políticas de inclusão;

IX- Identificar linhas de financiamento e agências financiadoras nacionais e internacionais para fortalecer a implantação, o desenvolvimento e a consolidação da política de inclusão e **acessibilidade** do estudante com deficiência;

X- Disponibilizar para a comunidade acadêmica e para o público em geral dos documentos que constituem o marco político-legal-inclusivo que fundamentam a Política de Inclusão e **Acessibilidade** do estudante com deficiência da UFPB;

XI- Incentivar à oferta de cursos de extensão e especialização presenciais e à distância, de forma que tanto a política de **acessibilidade**, como o apoio ao desenvolvimento de cultura, gestão e práticas inclusivas se materializem na sociedade paraibana em médio prazo (UFPB, 2013, grifos nossos).

O CIA desenvolve seu trabalho pertinente à acessibilidade dentro de quatro dimensões: pedagógica; arquitetônica; atitudinal e comunicacional. Sendo formado por grupos de trabalho que reúnem os mais diversos profissionais e estudiosos que compreendem a comunidade universitária da UFPB.

Outra ação foi a criação do Laboratório de Vida Independente e Tecnologia Assistiva (LAVITA) ligado ao Departamento de Terapia Ocupacional do Centro de Ciências da Saúde (CCS).

No entanto, percebemos que as políticas de inclusão na UFPB carecem de um instrumento que possam embasar suas ações tanto do ponto de vista teórico quanto prático.

Assim, esta obra está em consonância com a política institucional e, além dos elementos históricos já apresentados, nos acostamos aos principais objetivos das resoluções aprovadas na Organização das Nações Unidas, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para propor o instrumento que será apresentado e testado a seguir.

4 CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE

Não é de hoje, que o homem, em sua história faz, uso de processos avaliativos sob a tônica da aferição métrica comparativa. Assim, Dias Sobrinho (2003, p. 15) traz que “há mais de 2 mil anos a China já fazia exames de seleção para os serviços públicos e a velha Grécia praticava a docimasia⁶” e que “nos tempos modernos, a indústria veio a fazer amplo uso da avaliação, no sentido de apreciar os resultados das ações de formação ou capacitação” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 15). Contudo, se verifica que

[...] é na educação que a avaliação encontrou seu lugar privilegiado, não só como prática política e pedagógica, produzindo efeitos dentro e fora do âmbito propriamente educacional, mas também como importante campo de estudo (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 15).

Por esse prisma, no qual a avaliação se encaixa muito bem no cerne da educação, buscar-se-á, nesta obra, criar um instrumento de avaliação que tenha, por resultado, um indicador do nível de acessibilidade dos centros acadêmicos universitários nas Instituições de Ensino Superior (IES), destinado diretamente ao público discente com deficiência e indiretamente aos gestores e públicos diversos que constituem as IES – entre eles: professores; técnicos administrativos; prestadores de serviços terceirizados e visitantes que tenham alguma deficiência, quer seja permanente ou temporal.

Tem-se observado que muitas são as políticas de ingresso no ensino superior voltadas para as pessoas com deficiência e poucos são os

6 “[...] verificação das aptidões morais daqueles que se candidatavam a funções públicas” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 15).

instrumentos de avaliação que retratam a métrica de quão estas políticas estão fazendo o seu papel, retroalimentando a política instituída para tal objetivo, no que concerne, aos ajustes de planejamento e tomada de decisão para os atores envolvidos no processo.

[...] com base no conhecimento obtido, [procurando] melhorar o processo enquanto ele se desenvolve, agindo sobre cada uma de suas etapas, a fim de garantir maior efetividade educacional, especialmente em relação ao ensino (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 25).

Esta retroalimentação do instrumento avaliativo transita entre duas esferas antagonicas, a primeira **proativa**, “[...] é formativa e tem como objetivo melhorar e desenvolver o objetivo em foco, seja um indivíduo, grupo, programa, instituição, sistema e assim por diante” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 45). E a segunda **retroativa**, “[...] é somativa e vem sendo praticada com a função de prestação de contas [...]” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 45).

Para tanto, o instrumento do presente livro tem uma retroalimentação caracterizada pela melhoria da acessibilidade para os discentes com deficiência, se enquadrando, deste modo, como um instrumento de avaliação proativa. Baseado nas dimensões atribuídas à acessibilidade por Sasaki (1997) – autor brasileiro militante da inclusão das pessoas com deficiência nas áreas de emprego, educação, lazer, mídia, turismo e outras, com atuação nacional e internacional.

Em sua obra mais conhecida, “Inclusão: construindo uma sociedade para todos” de 1997, ele classifica a acessibilidade em seis dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal e considera a acessibilidade como um dos pilares para uma sociedade mais autônoma e inclusiva.

[...] [entendendo] que a acessibilidade não mais se restringe ao aspecto arquitetônico, pois existem barreiras de vários tipos também em outros contextos que não o

do ambiente arquitetônico. [...] para que *qualquer pessoa*, com ou sem deficiência, possa circular com autonomia (SASSAKI, 1997, p. 67, grifo do autor).

Em razão disso, optou-se por trabalhar com Sasaki (1997), pois sua trajetória de mais de 50 anos de experiência e estudos como assistente social e consultor, esteia sua visão de vanguarda sob a perspectiva de abrangência vinculada à acessibilidade na conjectura de suas diferentes facetas, qualificando, norteando e situando o tema nesta obra.

Assim, o instrumento de avaliação aqui apresentado segue a categorização proposta por Sasaki (1997). No entanto, como será apresentado a seguir, ampliamos seu raio de ação e atuação, pois, mesmo estando direcionado ao universo acadêmico, poderá ser aplicado a qualquer ambiente que tenha por meta garantir a acessibilidade de maneira democrática.

4.1 Estrutura do instrumento

O instrumento está baseado em dois parâmetros: técnico e instrumental. O primeiro parâmetro está pautado pela Norma Brasileira de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (NBR 9050/15) e pela Norma Brasileira de acessibilidade – comunicação na prestação de serviços (NBR 15599/08), conferindo o papel de estabelecer critérios e procedimentos que nortearão as medições e avaliações do objeto da obra, com foro devidamente instituído pelo Estado em conformidade com órgãos nacionais de normatização.

O segundo parâmetro nos orienta quanto à forma e método de abordagem para o alcance do objetivo, não tendo fim em si mesmo, mas sendo o meio pelo qual se pode inquirir acerca do objeto da presente obra. Ele é formado por duas estruturas.

A primeira direciona os macroindicadores, a partir das dimensões da acessibilidade construídas por Sasaki (1997). Estas dimensões têm a função de alargar a inserção da acessibilidade a toda e qualquer atmosfera

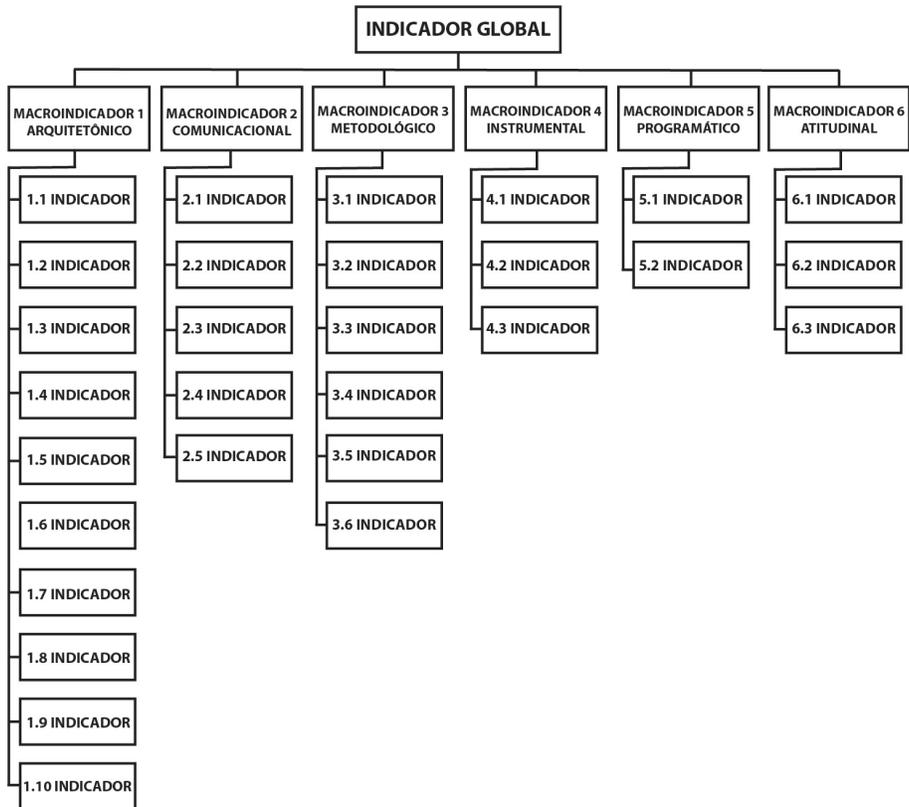
social, possibilitando o uso de quaisquer ambientes por pessoas com ou sem deficiência.

Sendo assim, este exemplar emprega os seis contextos da acessibilidade declarados por Sasaki (1997) na composição do instrumento de avaliação que será nomeado de A6, no qual, a letra “A” significa acessibilidade e, o numeral 6, as dimensões que configuram o instrumento.

A segunda estrutura, que trata do parâmetro instrumental, orienta a disposição dos indicadores do instrumento de avaliação. Tal estrutura está norteadada pelo instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) nas Instituições de Ensino Superior (IES), que tem um formato claro e consolidado de seus indicadores. Assim, foi aqui formulado o instrumento de avaliação a partir do formato do instrumento de avaliação do INEP. Contudo, salvo os conceitos atribuídos pelo INEP, a redação dada ao instrumento, ora apresentado, foi elaborada pelos presentes autores dando-lhe um caráter de ineditismo por sua proposta, junção, função e aplicabilidade.

Pode-se melhor visualizar a estrutura do instrumento de avaliação A6, no organograma 1, a seguir.

ORGANOGRAMA 01 – Instrumento de avaliação A6



FONTE: Elaborado pelos autores, 2016.

4.2 Indicador global

O indicador global será a média de todas as dimensões da acessibilidade a partir de seis macroindicadores. Ele representará o nível de acessibilidade em que o centro acadêmico em estudo se encontrará após a avaliação, indicado segundo o conceito atribuído pelo instrumento de avaliação A6.

Para eleger qual seria a melhor média para representar este instrumento de avaliação, foram tomadas quatro médias matemáticas conhecidas e simuladas cada uma no editor de planilhas Microsoft Office Excel 2007, da Microsoft Corporation. E, da análise da simulação, resultou a média matemática que foi adotada como indicador global.

4.2.1 Simulação

Primeiro, foram escolhidas as quatro médias matemáticas, a saber: aritmética simples; aritmética ponderada; harmônica simples e geométrica simples. Abaixo, seguem, respectivamente representadas, nas equações 1, 2, 3 e 4.

$$\bar{a} = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{n} \quad (01)$$

$$\bar{a}_p = \frac{\sum_{i=1}^n (p_i \times x_i)}{\sum_{i=1}^n p_i} \quad (02)$$

$$\bar{a}_h = \frac{n}{\sum_{i=1}^n \frac{1}{x_i}} \quad (03)$$

$$\bar{a}_g = \left(\prod_{i=1}^n x_i \right)^{\frac{1}{n}} \quad (04)$$

Em seguida, verificou-se, por meio do princípio fundamental da contagem⁷, expresso na equação 5, quantas possibilidades o instrumento de avaliação conterà a partir das seis dimensões que formam os macro indicadores, sabendo-se que o maior valor atribuído a um macroindicador será 5 e, o menor, 1.

$$m_1 \times m_2 \times \dots \times m_n \quad (05)$$

Assim, o total de combinações de valores inteiros pelo princípio fundamental da contagem, a partir dos dados dos macro indicadores mediante a equação 5, pode ser visto na equação 6.

$$5 \times 5 \times 5 \times 5 \times 5 \times 5 = 15.625 \quad (06)$$

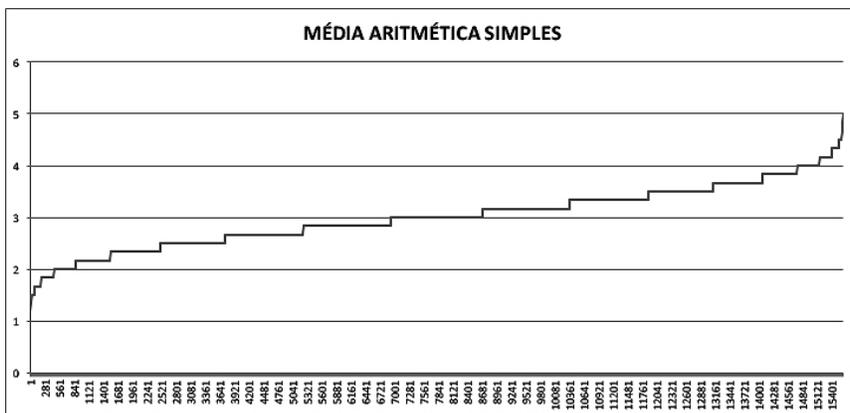
Portanto, obteve-se, como resposta, 15.625 combinações para a simulação do instrumento de avaliação A6.

O próximo passo foi a escolha do editor de planilhas Microsoft Office Excel 2007 como ferramenta de simulação, já que é um dos *softwares* mais difundidos no mercado mundial para edição de planilhas, além de atender aos requisitos de simulação do instrumento. Após a implementação⁸ das equações das médias matemáticas no Excel 2007, obtiveram-se todos os valores globais possíveis do Instrumento de avaliação A6. Em seguida, foram criados os gráficos para cada média matemática escolhida, com base nos valores obtidos na simulação em ordem crescente. Estes gráficos são apresentados a seguir:

7 O princípio fundamental da contagem diz que um acontecimento ocorre em duas situações sucessivas e independentes, sendo que a 1ª situação ocorre de “a” maneiras e, a 2ª situação, ocorre de “b” maneiras, então o número total de possibilidades de ocorrência desse acontecimento é dado pelo produto $a \cdot b$ (BARRETO FILHO; SILVA, 2000).

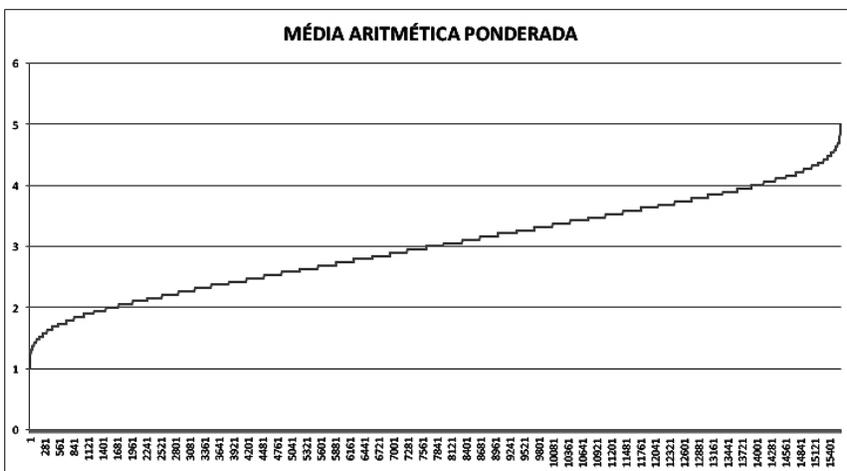
8 Para a implantação da média aritmética ponderada, foi necessário atribuir pesos para cada macroindicador em função do seu número de indicadores avaliados.

GRÁFICO 01 – Comportamento da média global do instrumento de avaliação A6 formulado por uma média aritmética simples.



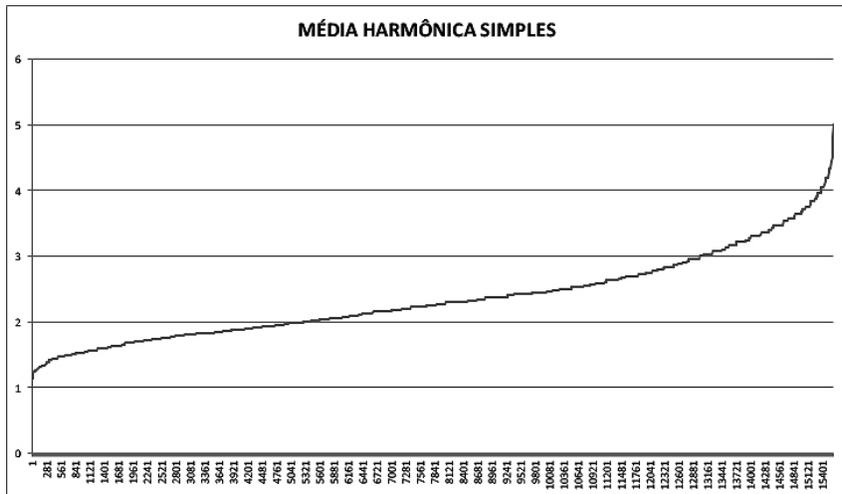
FONTE: Elaborado pelos autores, 2016.

GRÁFICO 02 – Comportamento da média global do instrumento de avaliação A6 formulado por uma média aritmética ponderada.



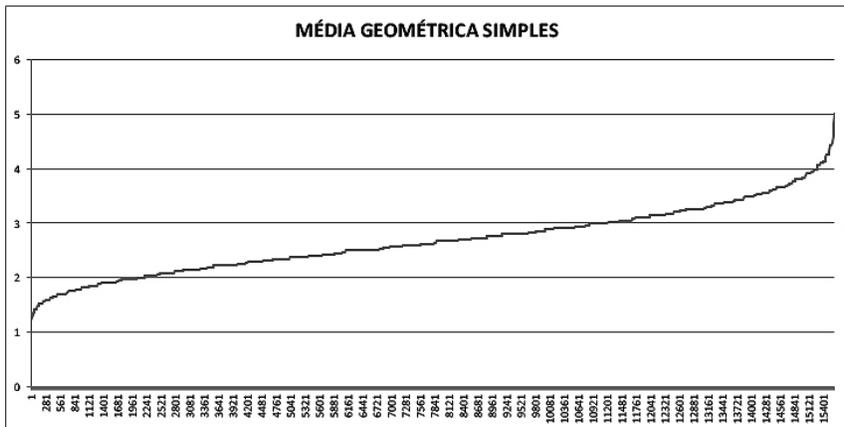
FONTE: Elaborado pelos autores, 2016.

GRÁFICO 03 – Comportamento da média global do instrumento de avaliação A6 formulado por uma média harmônica simples.



FONTE: Elaborado pelos autores, 2016.

GRÁFICO 04 – Comportamento da média global do instrumento de avaliação A6 formulado por uma média geométrica simples.



FONTE: Elaborado pelos autores, 2016.

4.2.2 Escolha da média global

A escolha foi pautada em duas análises. A primeira foi fundamentada na comparação dos valores numéricos expressos por cada média e, a outra, na análise a partir da sobreposição gráfica das retas formadas por cada média. Deste modo, a primeira consistiu na escolha de dois valores intermediários simétricos entre as 15.625 possibilidades que os macroindicadores poderão assumir. Assim, optou-se pelos valores incluídos na tabela 01 obtiveram-se, assim, os valores numéricos do indicador global do instrumento de avaliação A6, segundo as médias matemáticas escolhidas.

TABELA 01 – Comparação numérica das médias

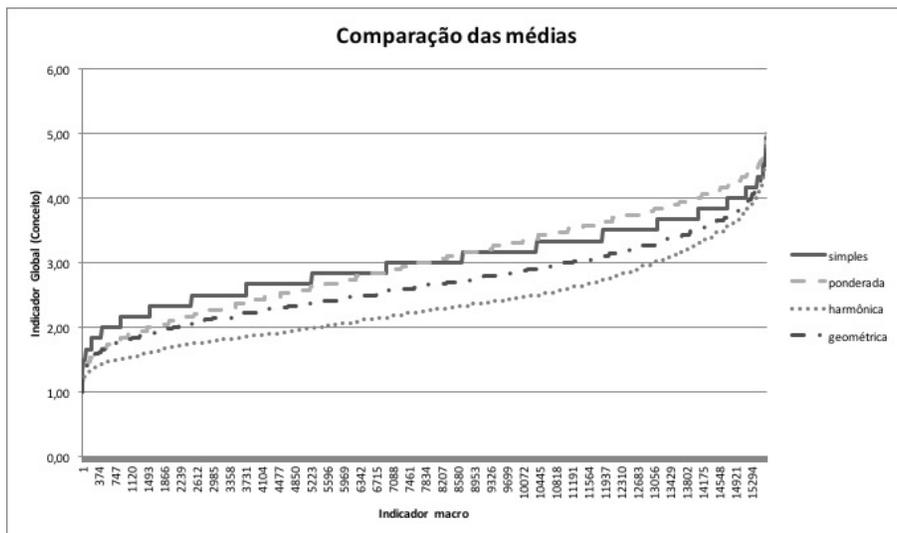
MACROINDICADORES						INDICADOR GLOBAL			
11	12	13	14	15	16	SIMPLES	PONDERADA	HARMÔNICA	GEOMÉTRICA
1	1	1	5	5	5	3,00	2,05	1,67	2,24
5	5	5	1	1	1	3,00	3,39	1,67	2,24

FONTE: Elaborado pelos autores, 2016.

Dentre as médias analisadas, verificou-se que a média aritmética ponderada foi a única que se diferenciou das demais, conseqüentemente, não tratando os macroindicadores de maneira igualitária, pois na medida em que um macroindicador de maior peso alcançar o maior valor, ele fará com que o conceito alcance o maior valor atribuído ao instrumento de avaliação A6, ao passo que os de menores pesos não terão tanta influência no resultado do conceito. Por isso, descartou-se a média aritmética ponderada para ser o indicador global. Ficando, assim, as três médias matemáticas restantes para serem analisadas na etapa seguinte.

Nesta nova etapa, foi construído o gráfico 5 a partir da sobreposição dos valores das retas construídas nos gráficos 1, 2, 3 e 4, relativamente às médias matemáticas escolhidas para o presente estudo.

GRÁFICO 05 – Comparação gráfica das médias.



FONTE: Elaborado pelos autores, 2016.

Analisando o gráfico 05, constata-se que a reta da média aritmética simples alcança um indicador global maior que a média harmônica e geométrica, sem que os macro indicadores sejam avaliados satisfatoriamente para a promoção da acessibilidade nos centros acadêmicos, ao passo que a média harmônica oferece uma resistência maior para o centro acadêmico alcançar um conceito satisfatório, pois será necessário muito esforço na obtenção de um conceito relevante.

Diferentemente da média aritmética simples e harmônica simples a geométrica simples caracterizou-se por um meio-termo entre as demais, não sendo moderada, nem tampouco rigorosa em sua mensuração.

Assim, foi tomada a média geométrica simples como o indicador global do instrumento de avaliação A6.

Entretanto, recomenda-se, como indicador global, a média harmônica simples quando aplicado o instrumento de avaliação A6 a centros acadêmicos e outras instituições que trabalhem exclusivamente com pessoas com deficiência.

4.3 Macroindicadores

A partir de uma média aritmética simples dos indicadores que os compõem. Esta categorização está baseada nas seguintes conceituações:

Acessibilidade arquitetônica: sem barreiras ambientais físicas, no interior e no entorno dos escritórios e fábricas e nos meios de transportes coletivo utilizados pelas empresas para seus funcionários.

Acessibilidade comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de trabalho (treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, execução de tarefas, ergonomia, novo conceito de fluxograma, empoderamento etc.).

Acessibilidade instrumental: sem barreiras nos instrumentos e utensílios de trabalho (ferramentas, máquinas, equipamentos, lápis, caneta, teclado de computador etc.).

Acessibilidade programática: sem barreiras invisíveis embutidas em políticas (leis, decretos, portarias, resoluções, ordens de serviço, regulamentos etc.).

Acessibilidade atitudinal: sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, como resultado de programas e práticas de sensibilização e de conscientização dos trabalhadores em geral e da convivência na diversidade humana nos locais de trabalho (SASSAKI, 1997, p. 67-68, grifos do autor).

Pode-se observar, pela leitura dos conceitos atribuídos às dimensões da acessibilidade, que eles estão enquadrados na perspectiva de um

ambiente laboral inclusivo. Mas, Sasaki (1997, p. 67) é enfático ao afirmar que tais contextos “[...] deverão existir também em todos os ambientes (empresas, escolas etc.) para que qualquer pessoa com ou sem deficiência, possa circular com autonomia” (grifos do autor).

Assim, também compreende-se que todos os ambientes que respeitarem a acessibilidade nas dimensões definidas por Sasaki (1997) estarão aptos a receber as pessoas com e sem deficiência respeitando a igualdade de direitos de cada um na afirmação de uma sociedade cada vez mais equitativa.

Por esse prisma, confere-se um macroindicador para cada dimensão da acessibilidade.

4.4 Indicadores

Os indicadores têm a função de alcançar a capilaridade que cada macroindicador é dotado, frente à pluralidade e conotação de cada dimensão. São apresentados, a seguir, os indicadores que compõem cada macroindicador.

4.4.1 Indicadores do macroindicador arquitetônico

Esta dimensão tem a função de medir a acessibilidade física e arquitetônica das edificações, por meio de 10 indicadores, como seguem: 1.1 Banheiro; 1.2 Escadas e rampas; 1.3 Corredores internos; 1.4 Corredores externos; 1.5 Equipamentos eletromecânico de circulação; 1.6 Salas de aula; 1.7 Biblioteca setorial; 1.8 Secretarias de curso; 1.9 Auditório e 1.10 Laboratórios de graduação.

O macroindicador arquitetônico é caracterizado pela equação 7:

$$\bar{a}_1 = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{n} \quad (07)$$

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.1 Ba- nheiro	1	Quando o banheiro não atende as especificações de acessibilidade, conforme NBR 9050/15.
	2	Quando o banheiro destinado a pessoa com deficiência é insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: localização, sinalização, acesso, dimensão, equipamentos, conservação e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	3	Quando o banheiro destinado a pessoa com deficiência é suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: localização, sinalização, acesso, dimensão, equipamentos, conservação e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	4	Quando o banheiro destinado a pessoa com deficiência é muito bom , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: localização, sinalização, acesso, dimensão, equipamentos, conservação e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	5	Quando o banheiro destinado a pessoa com deficiência é excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: localização, sinalização, acesso, dimensão, equipamentos, conservação e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
Justificativa:		

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.2 Escadas e rampas	1	Quando escada e/ou rampa não atendem as especificações de acessibilidade, conforme NBR 9050/15.
	2	Quando escada e/ou rampa são insuficientes , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sinalização tátil, corrimãos, largura, guarda-corpo, guia de balizamento, patamar, espelho e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	3	Quando escada e/ou rampa são suficientes , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sinalização tátil, corrimãos, largura, guarda-corpo, guia de balizamento, patamar, espelho e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	4	Quando escada e/ou rampa são muito boas , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sinalização tátil, corrimãos, largura, guarda-corpo, guia de balizamento, patamar, espelho e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	5	Quando escada e/ou rampa são excelentes , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sinalização tátil, corrimãos, largura, guarda-corpo, guia de balizamento, patamar, espelho e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
Justificativa:		

Construção do instrumento de avaliação da acessibilidade

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.3 Corredores internos	1	Quando o corredor não atende as especificações de acessibilidade, conforme NBR 9050/15.
	2	Quando o corredor é insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: iluminação, acesso, obstáculos, revestimento, inclinação, desnível, grelhas e juntas de dilatação, tampas de caixas de inspeção e de visita, capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares, área de descanso e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	3	Quando o corredor é suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: iluminação, acesso, obstáculos, revestimento, inclinação, desnível, grelhas e juntas de dilatação, tampas de caixas de inspeção e de visita, capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares, área de descanso e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	4	Quando o corredor é muito bom , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: iluminação, acesso, obstáculos, revestimento, inclinação, desnível, grelhas e juntas de dilatação, tampas de caixas de inspeção e de visita, capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares, área de descanso e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	5	Quando o corredor é excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: iluminação, acesso, obstáculos, revestimento, inclinação, desnível, grelhas e juntas de dilatação, tampas de caixas de inspeção e de visita, capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares, área de descanso e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
Justificativa:		

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.4 Corredores externos	1	Quando o corredor não atende as especificações de acessibilidade, conforme NBR 9050/15.
	2	Quando o corredor é insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: iluminação, acesso, obstáculos, revestimento, inclinação, desnível, grelhas e juntas de dilatação, tampas de caixas de inspeção e de visita, capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares, área de descanso e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	3	Quando o corredor é suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: iluminação, acesso, obstáculos, revestimento, inclinação, desnível, grelhas e juntas de dilatação, tampas de caixas de inspeção e de visita, capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares, área de descanso e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	4	Quando o corredor é muito bom , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: iluminação, acesso, obstáculos, revestimento, inclinação, desnível, grelhas e juntas de dilatação, tampas de caixas de inspeção e de visita, capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares, área de descanso e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	5	Quando o corredor é excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: iluminação, acesso, obstáculos, revestimento, inclinação, desnível, grelhas e juntas de dilatação, tampas de caixas de inspeção e de visita, capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares, área de descanso e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
Justificativa:		

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.5 Equipamento eletromecânico de circulação (Elevador vertical ou inclinado, plataforma de elevação vertical ou inclinada, esteira rolante horizontal ou inclinada, escada rolante com plataforma para cadeira de rodas e dispositivos complementares de circulação)	1	Quando o equipamento eletromecânico de circulação não atende as especificações de acessibilidade, conforme NBR 9050/15.
	2	Quando o equipamento eletromecânico de circulação é insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dispositivo de comunicação, assistência alternativa, sinalização e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	3	Quando o equipamento eletromecânico de circulação é suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dispositivo de comunicação, assistência alternativa, sinalização e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	4	Quando o equipamento eletromecânico de circulação é muito bom , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dispositivo de comunicação, assistência alternativa, sinalização e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	5	Quando o equipamento eletromecânico de circulação é excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dispositivo de comunicação, assistência alternativa, sinalização e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
Justificativa:		

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.6 Salas de aula	1	Quando a sala de aula não atende as especificações de acessibilidade, conforme NBR 9050/15.
	2	Quando a sala de aula é insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, altura da lousa e número de mesas acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	3	Quando a sala de aula é suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, altura da lousa e número de mesas acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	4	Quando a sala de aula é muito boa , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, altura da lousa e número de mesas acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	5	Quando a sala de aula é excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, altura da lousa e número de mesas acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
Justificativa:		

Construção do instrumento de avaliação da acessibilidade

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.7 Bi-biblioteca setorial (Ou a biblioteca que os alunos do centro acadêmico fazem uso)	1	Quando a biblioteca não atende as especificações de acessibilidade, conforme NBR 9050/15.
	2	Quando a biblioteca é insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: terminal de consulta, mesas, corredores entre estantes, recursos audiovisuais, publicações em Braille, serviço de apoio e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	3	Quando a biblioteca é suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: terminal de consulta, mesas, corredores entre estantes, recursos audiovisuais, publicações em Braille, serviço de apoio e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	4	Quando a biblioteca é muito boa , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: terminal de consulta, mesas, corredores entre estantes, recursos audiovisuais, publicações em Braille, serviço de apoio e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	5	Quando a biblioteca é excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: terminal de consulta, mesas, corredores entre estantes, recursos audiovisuais, publicações em Braille, serviço de apoio e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
Justificativa:		

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.8 Secretarias de curso	1	Quando a secretaria não atende as especificações de acessibilidade, conforme NBR 9050/15.
	2	Quando a secretaria é insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, mesa, prioridade no atendimento e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	3	Quando a secretaria é suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, mesa, prioridade no atendimento e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	4	Quando a secretaria é muito boa , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, mesa, prioridade no atendimento e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	5	Quando a secretaria é excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, mesa, prioridade no atendimento e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
Justificativa:		

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.9 Auditório (Não será incluído na avaliação quando o centro acadêmico não possuir auditório)	1	Quando o auditório não atende as especificações de acessibilidade, conforme NBR 9050/15.
	2	Quando o auditório é insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço reservado, visibilidade, piso, mapa de assento, intérprete de línguas, número de espaços e assentos destinados a pessoas com deficiência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	3	Quando o auditório é suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço reservado, visibilidade, piso, mapa de assento, intérprete de línguas, número de espaços e assentos destinados a pessoas com deficiência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	4	Quando o auditório é muito bom , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço reservado, visibilidade, piso, mapa de assento, intérprete de línguas, número de espaços e assentos destinados a pessoas com deficiência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	5	Quando o auditório é excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço reservado, visibilidade, piso, mapa de assento, intérprete de línguas, número de espaços e assentos destinados a pessoas com deficiência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
Justificativa:		

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.10 Laboratórios de graduação	1	Quando o laboratório não atende , as especificações de acessibilidade, conforme NBR 9050/15.
	2	Quando o laboratório é insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, altura da lousa, número de mesas acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	3	Quando o laboratório é suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, altura da lousa, número de mesas acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	4	Quando o laboratório é muito bom , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, altura da lousa, número de mesas acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	5	Quando o laboratório é excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, altura da lousa, número de mesas acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
Justificativa:		

4.4.2 Indicadores do macroindicador comunicacional

Esta dimensão tem a função de medir os aspectos de comunicação e sinalização interpessoal, por meio de 5 indicadores, como seguem: 2.1 Comunicação; 2.2 TIC's; 2.3 Sinalização; 2.4 Mapas táteis e 2.5 Divulgação de eventos.

O macroindicador comunicacional é caracterizado pela equação 8:

$$\bar{a}_2 = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{n} \quad (08)$$

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.1 Comunicação (Revistas, jornais, comunicados e etc.)	1	Quando as comunicações por meio físico entre o centro, departamentos, cursos e discentes não contemplam , em suas publicações, acessibilidade comunicacional, conforme NBR 15599/08.
	2	Quando as comunicações por meio físico entre o centro, departamentos, cursos e discentes contemplam, de maneira insuficiente , em suas publicações, acessibilidade comunicacional, conforme NBR 15599/08.
	3	Quando as comunicações por meio físico entre o centro, departamentos, cursos e discentes contemplam, de maneira suficiente , em suas publicações, acessibilidade comunicacional, conforme NBR 15599/08.
	4	Quando as comunicações por meio físico entre o centro, departamentos, cursos e discentes contemplam, muito bem , em suas publicações, acessibilidade comunicacional, conforme NBR 15599/08.
	5	Quando as comunicações por meio físico entre o centro, departamentos, cursos e discentes contemplam, de maneira excelente , em suas publicações, acessibilidade comunicacional, conforme NBR 15599/08.
Justificativa:		

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.2 TIC's (Site, e-mail, chat, fóruns, a agenda de grupos online, comunidades virtuais, webcam, entre outros)	1	Quando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) implantadas para os discentes não promovem , acessibilidade comunicacional, conforme NBR 15599/08.
	2	Quando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) implantadas para os discentes, de maneira insuficiente , promovem acessibilidade comunicacional, conforme NBR 15599/08.
	3	Quando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) implantadas para os discentes, de maneira suficiente , promovem acessibilidade comunicacional, conforme NBR 15599/08.
	4	Quando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) implantadas para os discentes, de maneira muito boa , promovem acessibilidade comunicacional, conforme NBR 15599/08.
	5	Quando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) implantadas para os discentes, de maneira excelente , promovem acessibilidade comunicacional, conforme NBR 15599/08.
Justificativa:		

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.3 Sinalização	1	Quando não há sinalização tátil, visual e/ou sonora nos ambientes e salas, conforme NBR 9050/15 e NBR 15599/08.
	2	Quando a sinalização tátil, visual e/ou sonora instalada nos ambientes e salas atende, de maneira insuficiente , nos aspectos: localização, altura, diagramação, contraste, legibilidade, símbolo, dimensão, informação, advertência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15 e NBR 15599/08.
	3	Quando a sinalização tátil, visual e/ou sonora instalada nos ambientes e salas atende, de maneira suficiente , nos aspectos: localização, altura, diagramação, contraste, legibilidade, símbolo, dimensão, informação, advertência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15 e NBR 15599/08.
	4	Quando a sinalização tátil, visual e/ou sonora instalada nos ambientes e salas atende, muito bem , nos aspectos: localização, altura, diagramação, contraste, legibilidade, símbolo, dimensão, informação, advertência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15 e NBR 15599/08.
	5	Quando a sinalização tátil, visual e/ou sonora instalada nos ambientes e salas atende, de maneira excelente , nos aspectos: localização, altura, diagramação, contraste, legibilidade, símbolo, dimensão, informação, advertência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15 e NBR 15599/08.
Justificativa:		

Construção do instrumento de avaliação da acessibilidade

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.4 Mapas Táteis (Descrição de seus espaços)	1	Quando não há mapas táteis nos ambientes de maior circulação no centro acadêmico.
	2	Quando os mapas táteis nos ambientes de maior circulação no centro acadêmico atendem, de maneira insuficiente , nos aspectos: quantidade, localização, altura, diagramação, contraste, legibilidade, símbolo, dimensão, informação, advertência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 15599/08.
	3	Quando os mapas táteis nos ambientes de maior circulação no centro acadêmico atendem, de maneira suficiente , nos aspectos: quantidade, localização, altura, diagramação, contraste, legibilidade, símbolo, dimensão, informação, advertência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 15599/08.
	4	Quando os mapas táteis nos ambientes de maior circulação no centro acadêmico atendem, muito bem , nos aspectos: quantidade, localização, altura, diagramação, contraste, legibilidade, símbolo, dimensão, informação, advertência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 15599/08.
	5	Quando os mapas táteis nos ambientes de maior circulação no centro acadêmico atendem, excelente , nos aspectos: quantidade, localização, altura, diagramação, contraste, legibilidade, símbolo, dimensão, informação, advertência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 15599/08.
Justificativa:		

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.5 Divulgação de eventos	1	Quando a divulgação de eventos não atende as especificações de acessibilidade, nos aspectos: comunicação em Braille, letras ampliadas, QR Code audiodescrição, canais de contatos acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 15599/08.
	2	Quando a divulgação de eventos, de maneira insuficiente , nos aspectos: comunicação em Braille, letras ampliadas, QR Code audiodescrição, canais de contatos acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 15599/08.
	3	Quando a divulgação de eventos, de maneira suficiente , nos aspectos: comunicação em Braille, letras ampliadas, QR Code audiodescrição, canais de contatos acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 15599/08.
	4	Quando a divulgação de eventos, muito bom , nos aspectos: comunicação em Braille, letras ampliadas, QR Code audiodescrição, canais de contatos acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 15599/08.
	5	Quando a divulgação de eventos, de maneira excelente , nos aspectos: comunicação em Braille, letras ampliadas, QR Code audiodescrição, canais de contatos acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 15599/08.
Justificativa:		

4.4.3 Indicadores do macroindicador metodológico

Esta dimensão tem a função de medir o entendimento da metodologia aplicada e as técnicas de trabalho por meio de 5 indicadores, como seguem: 3.1 Metodologia; 3.2 Programa de apoio; 3.3 Formação e treinamento de recursos humanos; 3.4 Formação de monitores e multiplicadores; 3.5 Materiais didáticos e 3.6 Núcleo docente estruturante.

O macroindicador metodológico é caracterizado pela equação 9:

$$\bar{a}_3 = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{n} \quad (09)$$

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.1 Metodologia (Adaptações curriculares de conteúdos programáticos, ementas e ações no Projeto Pedagógico de Curso-PPC)	1	Quando não há , no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), adaptações curriculares de conteúdos programáticos para pessoas com deficiência.
	2	Quando as adaptações curriculares de conteúdos programáticos para pessoas com deficiência no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) estão implantadas de maneira insuficiente .
	3	Quando as adaptações curriculares de conteúdos programáticos para pessoas com deficiência no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) estão implantadas de maneira suficiente .
	4	Quando as adaptações curriculares de conteúdos programáticos para pessoas com deficiência no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) estão muito bem implantadas.
	5	Quando as adaptações curriculares de conteúdos programáticos para pessoas com deficiência no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) estão implantadas de maneira excelente .
Justificativa:		

Construção do instrumento de avaliação da acessibilidade

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.2 Programa de apoio	1	Quando não existe , no âmbito do departamento, Programa de Suporte Pedagógico em acessibilidade para docentes, discentes e técnicos administrativos.
	2	Quando o Programa de Suporte Pedagógico em acessibilidade para docentes, discentes e técnicos administrativos atende, de maneira insuficiente , os aspectos: apoio, treinamento, capacitação e reciclagem.
	3	Quando o Programa de Suporte Pedagógico em acessibilidade para docentes, discentes e técnicos administrativos atende, de maneira suficiente , os aspectos: apoio, treinamento, capacitação e reciclagem.
	4	Quando o Programa de Suporte Pedagógico em acessibilidade para docentes, discentes e técnicos administrativos atende, muito bem , os aspectos: apoio, treinamento, capacitação e reciclagem.
	5	Quando o Programa de Suporte Pedagógico em acessibilidade para docentes, discentes e técnicos administrativos atende, de maneira excelente , os aspectos: apoio, treinamento, capacitação e reciclagem.
Justificativa:		

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.3 Formação e treinamento de recursos humanos	1	Quando não existe , no âmbito do centro acadêmico, formação e treinamento dos docentes, técnicos administrativos e funcionários terceirizados para o atendimento e comunicação com alunos com deficiência.
	2	Quando a formação e treinamento dos docentes, técnicos administrativos e funcionários terceirizados para o atendimento e comunicação com alunos com deficiência atende, de maneira insuficiente , os aspectos: apoio, treinamento, capacitação e reciclagem.
	3	Quando o Programa de Suporte Pedagógico em acessibilidade para docentes, discentes e técnicos administrativos atende, de maneira suficiente , os aspectos: número de participantes, domínio e reciclagem.
	4	Quando o Programa de Suporte Pedagógico em acessibilidade para docentes, discentes e técnicos administrativos atende, muito bem , os aspectos: número de participantes, domínio e reciclagem.
	5	Quando o Programa de Suporte Pedagógico em acessibilidade para docentes, discentes e técnicos administrativos atende, de maneira excelente , os aspectos: número de participantes, domínio e reciclagem.
Justificativa:		

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.4 For- mação de monitores e multipli- cadores	1	Quando não existe , no âmbito do departamento, formação de monitores e multiplicadores em acessibilidade para os alunos com deficiência no processo ensino-aprendizagem.
	2	Quando a formação de monitores e multiplicadores em acessibilidade para os alunos com deficiência atende, de maneira insuficiente , aos aspectos: apoio, suporte e ajuda no processo ensino-aprendizagem.
	3	Quando a formação de monitores e multiplicadores em acessibilidade para os alunos com deficiência atende, de maneira suficiente , aos aspectos: apoio, suporte e ajuda no processo ensino-aprendizagem.
	4	Quando a formação de monitores e multiplicadores em acessibilidade para os alunos com deficiência atende, muito bem , aos aspectos: apoio, suporte e ajuda no processo ensino-aprendizagem.
	5	Quando a formação de monitores e multiplicadores em acessibilidade para os alunos com deficiência atende, de maneira excelente , aos aspectos: apoio, suporte e ajuda no processo ensino-aprendizagem.
Justificativa:		

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.5 Material didático	1	Quando não existe , no âmbito do departamento, materiais didáticos adaptados para os alunos com os mais diversos tipos de deficiência.
	2	Quando os materiais didáticos para os alunos com deficiência atendem, de maneira insuficiente , aos aspectos: adaptação, tamanho, textura, contraste, manuseio, representação e resistência.
	3	Quando os materiais didáticos para os alunos com deficiência atendem, de maneira suficiente , aos aspectos: adaptação, tamanho, textura, contraste, manuseio, representação e resistência.
	4	Quando os materiais didáticos para os alunos com deficiência atendem, muito bem , aos aspectos: adaptação, tamanho, textura, contraste, manuseio, representação e resistência.
	5	Quando os materiais didáticos para os alunos com deficiência atendem, de maneira excelente , aos aspectos: adaptação, tamanho, textura, contraste, manuseio, representação e resistência.
Justificativa:		

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.6 Núcleo docente estruturante	1	Quando não existe , no âmbito do curso, um núcleo docente estruturante, que promova mudanças e adequações na metodologia de ensino dos cursos ofertados para as pessoas com deficiência.
	2	Quando o núcleo docente estruturante atende, de maneira insuficiente , aos aspectos: mudanças, adequações e debates da metodologia de ensino dos cursos ofertados.
	3	Quando o núcleo docente estruturante atende, de maneira suficiente , aos aspectos: mudanças, adequações e debates da metodologia de ensino dos cursos ofertados.
	4	Quando o núcleo docente estruturante atende, muito bem , aos aspectos: mudanças, adequações e debates da metodologia de ensino dos cursos ofertados.
	5	Quando o núcleo docente estruturante atende, de maneira excelente , aos aspectos: mudanças, adequações e debates da metodologia de ensino dos cursos ofertados.
Justificativa:		

4.4.4 Indicadores do macroindicador instrumental

Esta dimensão tem a função de medir os equipamentos e instrumentos aplicados ao processo ensino-aprendizagem para os alunos com deficiência por meio de 3 indicadores, como seguem: 4.1 Setor de ajuda técnica; 4.2 Equipamentos e instrumentos e 4.3 Programas e aplicativos assistivos.

O macroindicador instrumental é caracterizado pela equação 10:

$$\bar{a}_4 = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{n} \quad (10)$$

Indicador	Conceito	Critério de Análise
4.1 Setor de ajuda técnica (Do centro acadêmico ou associado a ele)	1	Quando não existe setor de ajuda técnica no âmbito do centro acadêmico ou em parceria institucional com outros setores para a adaptação e/ou compras de equipamentos, aparelhos, órteses e tecnologias na promoção de acessibilidade.
	2	Quando o setor de ajuda técnica ou parceria institucional com outros setores são insuficientes , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: adaptação e/ou compras de equipamentos, aparelhos, órteses e tecnologias na promoção de acessibilidade.
	3	Quando o setor de ajuda técnica ou parceria institucional com outros setores são suficientes , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: adaptação e/ou compras de equipamentos, aparelhos, órteses e tecnologias na promoção de acessibilidade.
	4	Quando o setor de ajuda técnica ou parceria institucional com outros setores são muito bons , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: adaptação e/ou compras de equipamentos, aparelhos, órteses e tecnologias na promoção de acessibilidade.
	5	Quando o setor de ajuda técnica ou parceria institucional com outros setores são excelentes , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: adaptação e/ou compras de equipamentos, aparelhos, órteses e tecnologias na promoção de acessibilidade.
Justificativa:		

Indicador	Conceito	Critério de Análise
4.2 Equipamentos e instrumentos (Para a promoção da autonomia)	1	Quando não há equipamentos e instrumentos disponibilizados aos estudantes.
	2	Quando os equipamentos e instrumentos implantados, disponibilizados aos estudantes, permita executar, de maneira insuficiente , as atividades de aprendizagem.
	3	Quando os equipamentos e instrumentos implantados, disponibilizados aos estudantes, permita executar, de maneira suficiente , as atividades de aprendizagem.
	4	Quando os equipamentos e instrumentos implantados, disponibilizados aos estudantes, permita executar, muito bem , as atividades de aprendizagem.
	5	Quando os equipamentos e instrumentos implantados, disponibilizados aos estudantes, permita executar, de maneira excelente , as atividades de aprendizagem.
Justificativa:		

Indicador	Conceito	Critério de Análise
4.3 Pro-gramas e aplicativos assistivos	1	Quando não há programas e aplicativos disponibilizados aos estudantes.
	2	Quando os programas e aplicativos implantados, disponibilizados aos estudantes, permita executar, de maneira insuficiente , os: dispositivos, sistemas e computadores.
	3	Quando os programas e aplicativos implantados, disponibilizados aos estudantes, permita executar, de maneira suficiente , os: dispositivos, sistemas e computadores.
	4	Quando os programas e aplicativos implantados, disponibilizados aos estudantes, permita executar, muito bem , os: dispositivos, sistemas e computadores.
	5	Quando os programas e aplicativos implantados, disponibilizados aos estudantes, permita executar, de maneira excelente , os: dispositivos, sistemas e computadores.
Justificativa:		

4.4.5 Indicadores do macroindicador programático

Esta dimensão tem a função de medir o quão as políticas institucionais promovem a acessibilidade e suas dimensões em seus documentos, por meio de dois indicadores, como segue: 5.1 Regimento interno do centro acadêmico e 5.2 Plano de desenvolvimento institucional (PDI).

O macroindicador programático é caracterizado pela equação 11:

$$\bar{a}_5 = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{n} \quad (11)$$

Indicador	Conceito	Critério de Análise
5.1 Regimento interno do centro acadêmico	1	Quando o Regimento Interno do Centro Acadêmico não contempla a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.
	2	Quando o Regimento Interno do Centro Acadêmico contempla, de maneira insuficiente , a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.
	3	Quando o Regimento Interno do Centro Acadêmico contempla, de maneira suficiente , a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.
	4	Quando o Regimento Interno do Centro Acadêmico contempla muito bem , a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.
	5	Quando o Regimento Interno do Centro Acadêmico contempla, de maneira excelente , a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.
Justificativa:		

Indicador	Conceito	Critério de Análise
5.2 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	1	Quando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) não contempla a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.
	2	Quando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) contempla, de maneira insuficiente , a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.
	3	Quando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) contempla, de maneira suficiente , a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.
	4	Quando o o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) contempla muito bem a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.
	5	Quando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) contempla, de maneira excelente , a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.
Justificativa:		

4.4.6 Indicadores do macroindicador atitudinal

Esta dimensão tem a função de medir o quão as políticas institucionais promovem a acessibilidade e suas dimensões em seus documentos, por meio de quatro indicadores, como seguem: 6.1 Projeto pedagógico do curso (PPC), 6.2 Atendimento e 6.3 Agenda de ações.

O macroindicador atitudinal é caracterizado pela equação 12:

$$\bar{a}_6 = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{n} \quad (12)$$

Indicador	Conceito	Critério de Análise
6.1 Projeto Pedagógico do Curso (PPC)	1	Quando a acessibilidade e suas dimensões não estão implantadas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
	2	Quando a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal estão implantadas, de maneira insuficiente , no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
	3	Quando a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal estão implantadas, de maneira suficiente , no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
	4	Quando a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal estão muito bem implantadas, no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
	5	Quando a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal estão implantadas, de maneira excelente , no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
Justificativa:		

Indicador	Conceito	Critério de Análise
6.2 Atendimento (Recepção e setor de protocolo do centro acadêmico)	1	Quando não há atendimento especializado para informações e instruções no centro acadêmico.
	2	Quando o atendimento especializado de informações e instruções estão implantados, de maneira insuficiente , no centro acadêmico.
	3	Quando o atendimento especializado de informações e instruções estão implantados, de maneira suficiente , no centro acadêmico.
	4	Quando o atendimento especializado de informações e instruções estão muito bem implantados, no centro acadêmico.
	5	Quando o atendimento especializado de informações e instruções estão implantados, de maneira excelente , no centro acadêmico.
Justificativa:		

Indicador	Conceito	Critério de Análise
6.3 Agenda de ações (Projetos, encontros, feiras, oficinas, reuniões, palestras e outros eventos)	1	Quando não há agenda de ações para acessibilidade e suas dimensões no centro acadêmico.
	2	Quando a agenda de ações para a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal estão implantadas, de maneira insuficiente , no centro acadêmico.
	3	Quando a agenda de ações para a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal estão implantadas, de maneira suficiente , no centro acadêmico.
	4	Quando a agenda de ações para a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal estão muito bem implantadas, no centro acadêmico.
	5	Quando a agenda de ações para a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal estão implantadas, de maneira excelente , no centro acadêmico.
Justificativa:		

4.5 Cômputo do Instrumento de Avaliação A6

O cômputo se dará, inicialmente, pelos valores de 1 a 5 atribuídos a cada indicador, a partir das descrições do conceito expresso na tabela 2, aplicado pelo avaliador.

TABELA 02 – Pesos atribuídos aos conceitos

CONCEITO	DESCRIÇÃO
1	NÃO EXISTE
2	INSUFICIENTE
3	SUFICIENTE
4	MUITO BOM/MUITO BEM
5	EXCELENTE

FONTE: Inep, 2015.

Após todos os indicadores serem avaliados e devidamente conceituados, aplicar-se-lhes-á a média aritmética simples das equações 7, 8, 9, 10, 11 e 12, obtendo a média de cada macroindicador, referentemente à dimensão avaliada. Estando os seis macroindicadores com suas médias computadas, será aplicada a média geométrica simples, da equação 13.

$$A6 = \left(\prod_{i=1}^n x_i \right)^{\frac{1}{n}} \Rightarrow \left(\prod_{i=1}^6 \bar{a}_i \right)^{\frac{1}{6}} \quad (13)$$

$$\Rightarrow \sqrt[6]{\bar{a}_1 \times \bar{a}_2 \times \bar{a}_3 \times \bar{a}_4 \times \bar{a}_5 \times \bar{a}_6}$$

Obtém-se, então, pela equação 13, o indicador global que será classificado como se indica na tabela 3, refletindo o nível de acessibilidade do centro acadêmico estudado.

TABELA 03 – Classificação dos centros acadêmicos em função da acessibilidade.

CONCEITO	VALORES
A	4,20 - 5,00 (EXCELENTE)
B	3,40 - 4,19 (MUITO BOM)
C	2,60 - 3,39 (BOM)
D	1,80 - 2,59 (REGULAR)
E	1,00 - 1,79 (RUIM)

FONTE: Elaborado pelos autores, 2016.

5 TESTE PILOTO CCJ – UFPB

O nosso teste piloto se deu no Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba. A escolha desse centro ocorreu por se tratar de uma obra oriunda do REUNI e, conseqüentemente ser recente e, por tal desiderato, ter sido construída quando as normas técnicas e as discussões acerca da acessibilidade já estavam em vigor.

5.1 Arquitetônico

5.1.1 Banheiro

O Centro possui quatro banheiros – dois femininos e dois masculinos – sendo um feminino e um masculino no térreo e os demais no primeiro andar. Localizando-se fisicamente um ao lado do outro em ambos os pavimentos (térreo e primeiro andar), como indica a Figura 02.

FIGURA 02 – Entrada do banheiro masculino e feminino no CCJ.



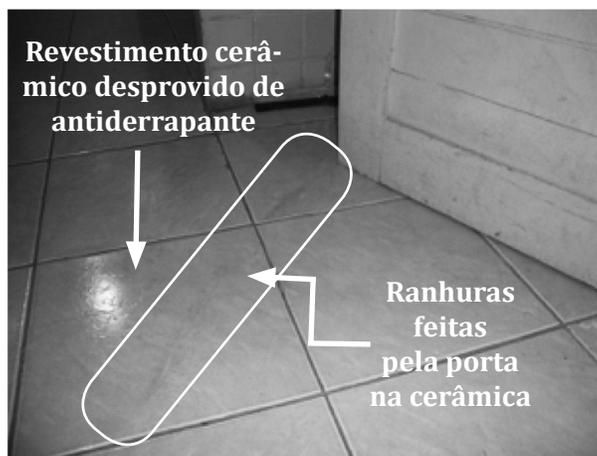
FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

O projeto arquitetônico dos banheiros masculinos e dos banheiros femininos são idênticos em seu formato, no que tange a dimensões e números em: bacias sanitárias; boxes; pisos; lavatórios e espelhos.

A análise aqui empreendida acerca do grau de acessibilidade dos banheiros do CCJ pautar-se-á na norma NBR 9050:2015, com foco na dimensão arquitetônica. Portanto, foram enumerados, a seguir, os itens que estão em desconformidade com a referida norma.

- a) Ainda observando a Figura 02, as portas estão em desacordo com o item 6.11.2.7 no que se refere à falta de puxador horizontal, além das recomendações de se ter um revestimento resistente a impactos na parte inferior da porta e a pintura dela em cor contrastante com a parede e o piso.
- b) A porta do banheiro masculino do primeiro andar está em discordância com o item 6.11.2.6 segundo o qual a porta será aberta com um único movimento. Porém, a porta deste banheiro requer um esforço maior para abri-la, em decorrência do atrito causado entre a porta e o piso, conforme Figura 03.

FIGURA 03 – Esforço na abertura da porta do banheiro.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

- c) Os revestimentos cerâmicos vistoriados não são antiderrapantes como estabelece a norma, em sua seção 6.3.2, como mostra a Figura 03.
- d) A porta do sanitário acessível apresenta inconformidade em sua abertura, que deveria ser para o lado externo e possuir puxador horizontal no lado interno do ambiente (seção 7.5 alínea f), e, em seu sistema de travamento, o dispositivo utilizado não atende às condições de manuseio (seção 4.6.8 e 7.5 alínea h), demonstrada na Figura 04.

FIGURA 04 – Sistema de travamento do sanitário acessível.



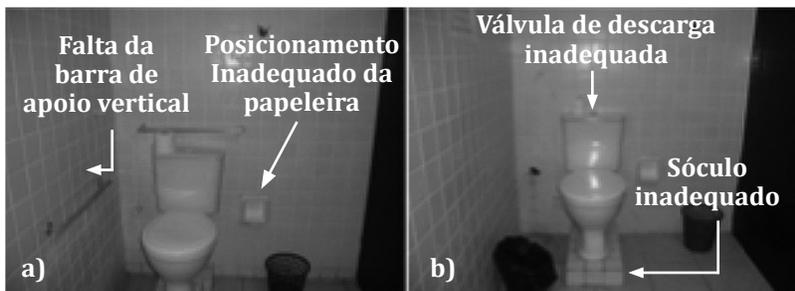
FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

- e) Na área de transferência são encontrados: posicionamento inadequado da papelreira (seção 7.11.2), ausência de barras de apoio nos banheiros do primeiro andar e falta de barras de apoio vertical nos banheiros do térreo (seção 7.6 e 7.7.2.2), dimensionamento e formado do sóculo⁹ da bacia sanitária ir-

⁹ Base construída de alvenaria, madeira ou concreto para a bacia sanitária.

regular (seção 7.7.2.1) e Acionamento da válvula de descarga inadequada (seção 7.5 alínea k e 7.7.3.2), conforme Figura 05.

FIGURA 05 – Área de transferência: (a) banheiros térreo; (b) banheiros primeiro andar.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

No lavatório, a inconformidade é verificada na torneira inadequada (seção 7.8.2) e na ausência da barra de apoio (seção 7.8.1), conforme Figura 06.

FIGURA 06 – Lavatório.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

- f) Em nenhum ponto dos banheiros há alarmes de emergência, conforme seção 5.6.4.1 e 7.4.2.2.

Os itens em desconformidade supra enumerados são referentes aos quatro banheiros do CCJ.

Baseado nas análises apresentadas pelo A6 referentes ao indicador 1.1 Banheiro, atribuiu-se, a este indicador, o **conceito 2**, pois, no universo de itens avaliados, destacou-se como positivo apenas o espaço destinado às pessoas com deficiência.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.1 Banheiro	1	Quando o banheiro não atende as especificações de acessibilidade, conforme NBR 9050/15.
	2	Quando o banheiro destinado a pessoas com deficiência é insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: localização, sinalização, acesso, dimensão, equipamentos, conservação e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	3	Quando o banheiro destinado a pessoas com deficiência é suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: localização, sinalização, acesso, dimensão, equipamentos, conservação e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	4	Quando o banheiro destinado a pessoas com deficiência é muito bom , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: localização, sinalização, acesso, dimensão, equipamentos, conservação e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	5	Quando o banheiro destinado a pessoas com deficiência é excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: localização, sinalização, acesso, dimensão, equipamentos, conservação e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
Justificativa:		

5.1.2 Escadas e rampas

O deslocamento vertical ao primeiro andar do CCJ ocorre por meio de uma escada e uma rampa, afastadas uma da outra por 22,38m, percurso medido pelo corredor interno, e pela área externa por 33,32 m.

Detentor desta estrutura, o CCJ satisfaz a determinação do item 6.3 da NBR 9050:2015, onde descreve:

A circulação pode ser horizontal e vertical. A circulação vertical pode ser realizada por escadas, rampas ou equipamento eletromecânicos e é considerada acessível quando atender no mínimo a duas formas de deslocamento vertical (p. 55, grifo nosso).

E, do item 6.7, da mesma norma, onde se lê:

Quando houver degraus ou escadas em rotas acessíveis, estes devem estar associados a rampas ou equipamentos eletromecânicos de transporte vertical. Deve-se dar preferência à rampa (p. 61, grifo nosso).

No entanto, descrever-se-ão outros itens relativos à escada e à rampa, respectivamente, que não contemplam as recomendações da NBR 9050:2015. São eles:

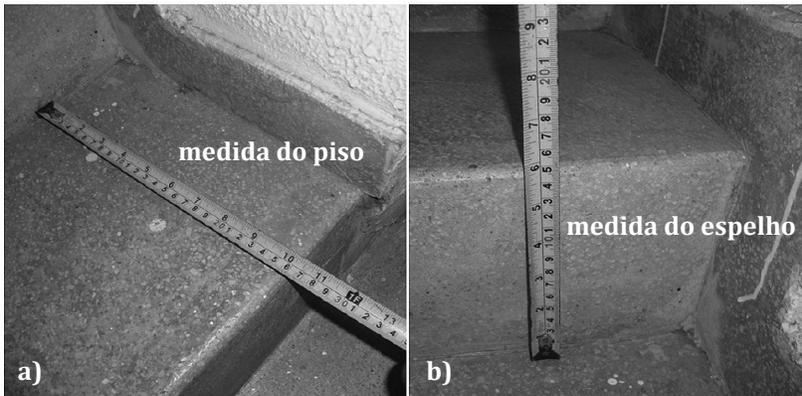
Escada: segundo a norma, o dimensionamento dos degraus deverá respeitar as seguintes condições:

- A) $0,63m \leq p + 2e \leq 0,65m$,
- B) pisos (p): $0,28m \leq p \leq 0,32m$ e
- C) espelhos (e): $0,16m \leq e \leq 0,18m$ (NBR9050:2015, p. 62);

Onde a medida do piso da escada, mais a soma de duas vezes a medida do espelho da mesma escada deverá estar entre 0,63 a 0,65 metros.

De posse destes parâmetros, colheram-se, *in loco*, as medidas do piso e do espelho da escada, como se pode visualizar na Figura 07.

FIGURA 07 – Escada: (a) medida do piso; (b) medida do espelho.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

A largura do piso do degrau mediu 0,26m e o espelho do degrau mediu de largura 0,15m. Somando a medida da largura do piso, mais duas vezes a medida da largura do espelho, obteve-se 0,56m. Portanto, o dimensionamento dos degraus da escada não está em conformidade com a norma NBR9050:2015, a qual determina estar entre 0,63m e 0,65m.

Discorrer-se-á, agora, acerca da verificação da largura da escada e guia de balizamento, sobre a qual a norma NBR9050:2015 determina que deverá ter uma largura mínima de 1,20m e, a guia de balizamento, uma altura mínima de 0,05m.

Verificou-se, que a largura da escada está medindo 1,08m. Pode-se, verificar, ainda, a ausência de guia de balizamento, do lado direito de quem sobe, no segundo lance da escada, como mostra a Figura 08. Logo, estes elementos não estão em acordo com a norma.

FIGURA 08 – Guia de balizamento



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

O próximo elemento da análise empreendida remete aos corrimãos, que “[...] devem ter seção circular com diâmetro entre 30mm e 45mm [...]” (NBR9050, 2015, 4.6.5, p.21) e serão instalados “[...] em ambos os lados, a 0,92m e a 0,70m do piso [...],” (NBR9050, 2015, 6.9.2.1, p. 63) devendo “[...] ser contínuo, sem interrupção nos patamares das escadas e rampas, e devem prolongar-se paralelamente ao patamar, pelo menos por 0,30m nas extremidades [...]” (NBR9050, 2015, 6.9.2.2, p. 63). Suas extremidades “[...] devem ter acabamento recurvado, ser fixadas ou justapostas à parede ou piso, ou ainda ter desenho contínuo, sem protuberâncias [...]” (NBR9050, 2015, 6.9.2.3, p. 63).

Assim, a avaliação a que se chegou acerca dos corrimãos inicia-se pela verificação da seção circular, como mostra a Figura 9. O corrimão apresenta 60mm de seção circular, estando, assim, fora de especificação, pois deveria apresentar a seção circular entre 30mm e 45mm.

FIGURA 09 – Seção circular do corrimão



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Continuando a avaliação do corrimão, constatou-se que não são cumpridas as determinações da instalação de corrimãos em ambos os lados em duas alturas distintas com suas extremidades alongadas e curvas, como mostra a Figura 10.

FIGURA 10 – Vista da escada



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Rampa: A rampa do CCJ é formada por dois lances, tendo um comprimento horizontal de 18,30m, como se pode ver na Figura 11.

FIGURA 11 – Rampa CCJ.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Segundo, a NBR9050 (2015, p. 58-59), uma rampa é caracterizada por um grau de inclinação igual ou superior a 5% e que sua inclinação admissível estará entre 5 e 8,33 % para cada segmento da rampa, tomando por base a Equação 14.

$$i = \frac{h \times 100}{c} \quad (14)$$

Onde:

- i é a inclinação, expressa em porcentagem (%);
- h é a altura do desnível;
- c é o comprimento da projeção horizontal.

Para se verificar o grau de inclinação da rampa do CCJ, fez-se uso de um nível de bolha com o comprimento de 0,30m, que foi tomado como comprimento da projeção horizontal e o uso de uma trena com o comprimento de 5m para a medição da altura do desnível. Portanto, o

valor do comprimento da projeção horizontal é uma constante e a altura do desnível uma variável.

Na medição, verificou-se a altura do desnível de 0,03m, aplicando esta variável à equação 15, obter-se-á, então, a inclinação da rampa do CCJ, deste modo:

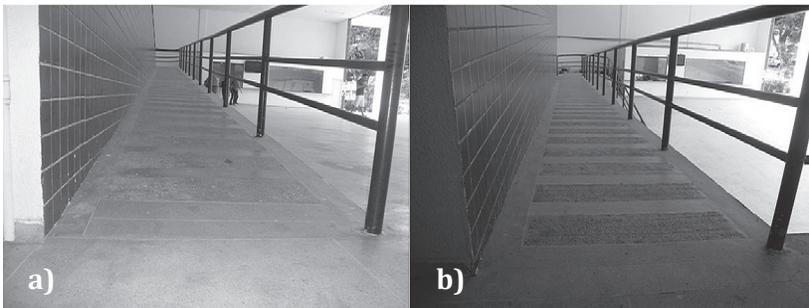
$$i = \frac{h \times 100}{c} \Rightarrow \frac{3 \times 100}{30} = 10\% \quad (15)$$

Logo, a rampa do CCJ tem uma inclinação de 10%, verifica-se, assim, que este grau de inclinação é mais acentuado que a especificação dada pela NBR9050:2015 – que é entre 5 e 8,33 %.

Outras especificações atribuídas a uma rampa segundo a mesma norma é, que ela seja provida de “corrimão de duas alturas em cada lado” (NBR9050, 2015, 6.6.2.6, p. 59), um a 0,70m e outro a 0,92m do piso acabado, além de patamares no início e no término das rampas, medindo, no mínimo, 1,20m longitudinalmente e patamares intermediários entre os lances de rampa medindo no mínimo 1,20m longitudinalmente (NBR9050, 2015).

Verificou-se, porém, que a rampa não é provida de patamares no início e no término, como mostra a Figura 12.

FIGURA 12 – Rampa: (a) subida; (b) descida.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

E que não têm corrimãos instalados nas duas alturas em cada lado, tão somente em um trecho de 4,20m, o que se pode ver por meio da Figura 13.

FIGURA 13 – Corrimãos da rampa.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Por meio das análises supracitadas referentes ao indicador 1.2 Escadas e rampas, foi atribuído, a este indicador, o **conceito 2**, pois, no universo de itens avaliados, ele só atendeu à disposição mínima de duas formas de deslocamento vertical.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.2 Escadas e rampas	1	Quando escada e/ou rampa não atendem as especificações de acessibilidade, conforme NBR 9050/15.
	2	Quando escada e/ou rampa são insuficientes , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sinalização tátil, corrimãos, largura, guarda-corpo, guia de balizamento, patamar, espelho e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	3	Quando escada e/ou rampa são suficientes , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sinalização tátil, corrimãos, largura, guarda-corpo, guia de balizamento, patamar, espelho e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	4	Quando escada e/ou rampa são muito boas , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sinalização tátil, corrimãos, largura, guarda-corpo, guia de balizamento, patamar, espelho e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	5	Quando escada e/ou rampa são excelentes , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sinalização tátil, corrimãos, largura, guarda-corpo, guia de balizamento, patamar, espelho e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
Justificativa:		

5.1.3 Corredores internos

O CCJ é composto por 164,25m de corredores internos, dos quais 75,30m no térreo e 88,95m no pavimento superior. Em âmbito geral, os corredores internos satisfazem as condições de revestimento, inclinação e desníveis, ressaltando negativamente em alguns pontos os aspectos: desnível lateral e obstáculos.

O desnível lateral está localizado no corredor da direção de centro, tal desnível, segundo a norma NBR9050:2015, deve conter uma proteção lateral mínima de 0,15m de altura e superfície de topo com contraste visual. Como se pode visualizar na Figura 14, este corredor não atende à norma.

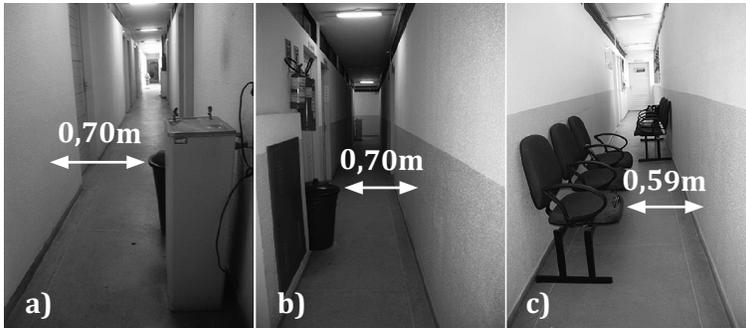
FIGURA 14 – Desnível lateral.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Foram também identificadas restrições que tornam os pontos em que estão localizadas em barreiras de circulação para as pessoas com deficiência, segundo a norma, são os baldes de lixo, um localizado no térreo ao lado do bebedouro e o outro ao lado do hidrante próximo à escada no primeiro pavimento, e as cadeiras no corredor da pós-graduação. Todos com largura mínima menor que 0,80m entre eles e as paredes opostas, conforme a Figura 15.

FIGURA 15 – Corredores internos: (a) balde de lixo próximo ao bebedouro; (b) balde de lixo próximo ao hidrante; (c) cadeiras externas próximas da pós-graduação.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Assim, obedecendo as análises referentes ao indicador 1.3, Corredores internos, foi atribuído, para este indicador, o **conceito 3**, pois, no universo de itens avaliados, os obstáculos citados poderão ser removidos de imediato, porém, o desnível lateral requer recursos e mão de obra.

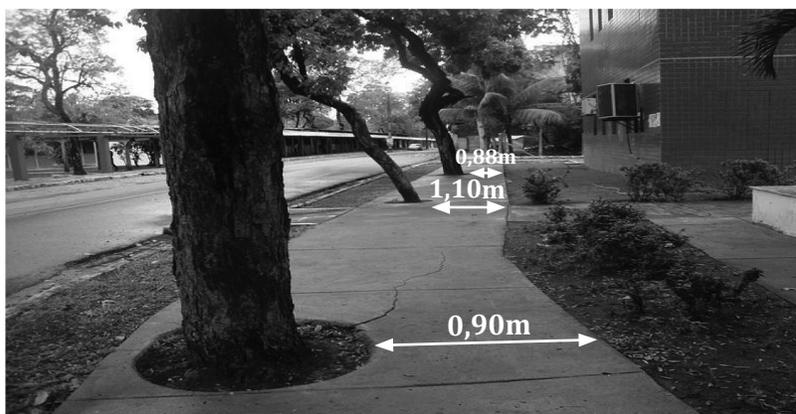
Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.3 Corredores Internos	1	Quando o corredor não atende as especificações de acessibilidade, conforme NBR 9050/15.
	2	Quando o corredor é insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: iluminação, acesso, obstáculos, revestimento, inclinação, desnível, grelhas e juntas de dilatação, tampas de caixa de inspeção e de visita, capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares, área de descanso e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	3	Quando o corredor é suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: iluminação, acesso, obstáculos, revestimento, inclinação, desnível, grelhas e juntas de dilatação, tampas de caixa de inspeção e de visita, capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares, área de descanso e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	4	Quando o corredor é muito bom , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: iluminação, acesso, obstáculos, revestimento, inclinação, desnível, grelhas e juntas de dilatação, tampas de caixa de inspeção e de visita, capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares, área de descanso e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	5	Quando o corredor é excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: iluminação, acesso, obstáculos, revestimento, inclinação, desnível, grelhas e juntas de dilatação, tampas de caixa de inspeção e de visita, capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares, área de descanso e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
Justificativa:		

5.1.4 Corredores externos

Os corredores externos do CCJ interligam o estacionamento, do próprio centro, e as vias adjacentes ao pátio, formado por um jardim e uma área coberta.

As calçadas que constituem os corredores externos do CCJ não atendem à largura de 1,20m de faixa livre, cuja determinação integra a NBR9050:2015 seção 6.12.3 nos pontos em que estão acomodadas as 03 árvores, conforme Figura 16.

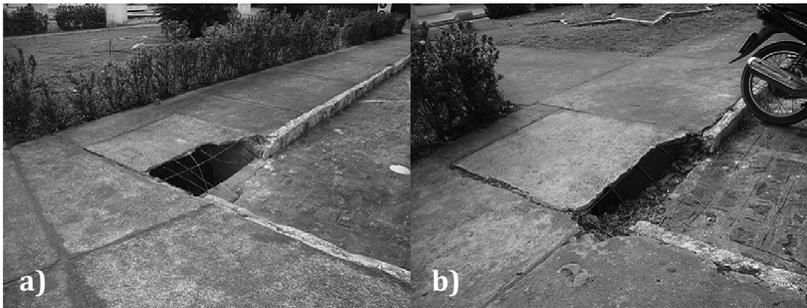
FIGURA 16 – Calçada com árvores.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Outra não conformidade observada são duas tampas de bueiro quebradas que fazem parte da calçada próxima ao estacionamento do centro, uma à esquerda e, outra, ao centro, demonstradas na Figura 17.

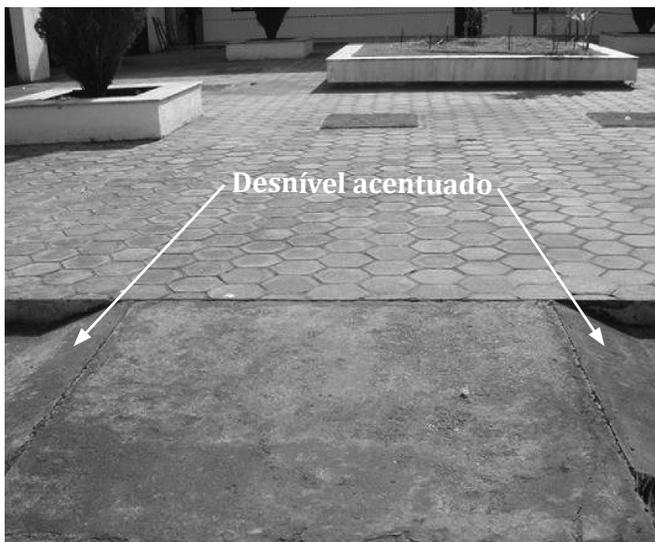
FIGURA 17 – Tampas de bueiro: (a) à esquerda; (b) ao centro.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Mais à frente – na calçada que liga as demais calçadas ao jardim – é verificado um desnível muito acentuado na confluência entre elas, como apresenta a Figura 18. Pois, a norma preconiza um desnível máximo de 20mm.

FIGURA 18– Desnível em calçada.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Conclui-se que, somados o espaço mínimo entre as árvores e a calçada, o desnível acentuado na confluência da calçada que liga o estacionamento ao Centro, e as duas tampas de bueiros quebradas, totalizam uma redução em mais de 60% de área de livre circulação dos corredores externos para as pessoas com deficiência. Além, de expor os usuários a acidentes que possam levar a ferimentos graves, no que concerne às tampas de bueiro quebradas.

Portanto, o conceito do indicador 1.4 Corredores Externos recebeu **conceito 2**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.4 Corredores Externos	1	Quando o corredor não atende as especificações de acessibilidade, conforme NBR 9050/15.
	2	Quando o corredor é insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: iluminação, acesso, obstáculos, revestimento, inclinação, desnível, grelhas e juntas de dilatação, tampas de caixa de inspeção e de visita, capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares, área de descanso e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	3	Quando o corredor é suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: iluminação, acesso, obstáculos, revestimento, inclinação, desnível, grelhas e juntas de dilatação, tampas de caixa de inspeção e de visita, capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares, área de descanso e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	4	Quando o corredor é muito bom , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: iluminação, acesso, obstáculos, revestimento, inclinação, desnível, grelhas e juntas de dilatação, tampas de caixa de inspeção e de visita, capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares, área de descanso e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	5	Quando o corredor é excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: iluminação, acesso, obstáculos, revestimento, inclinação, desnível, grelhas e juntas de dilatação, tampas de caixa de inspeção e de visita, capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares, área de descanso e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
Justificativa:		

5.1.5 Equipamentos eletromecânicos de circulação

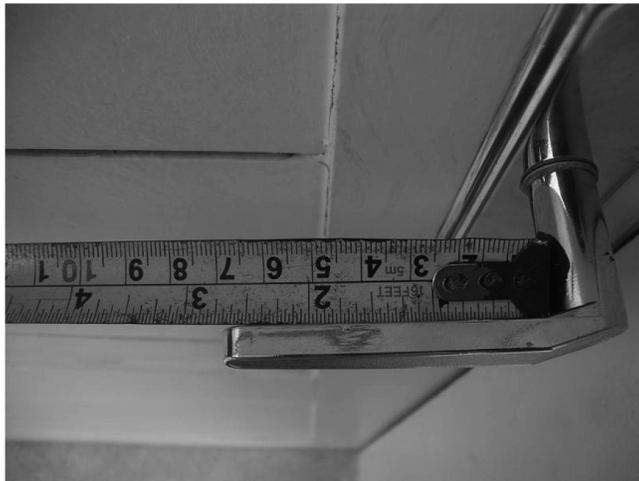
Para este indicador, não será atribuído conceito, pois a norma NBR9050:2015 em sua seção 6.3 e 6.7, desobriga a instalação de equipamento eletromecânico de circulação por considerar acessível a edificação que contenha uma escada associada a uma rampa. E o CCJ se enquadra nesta situação. Fundamentado nesta justificativa, o indicador não fará parte do cômputo do macroindicador arquitetônico.

5.1.6 Salas de aula

O CCJ é constituído por dez salas de aula de graduação e duas de pós-graduação, sendo onze comuns e uma de multimídia, localizadas no primeiro pavimento estão a sala de multimídia e as salas numeradas de um a nove e, no térreo, a sala dez. Porém, o presente estudo se restringirá às salas que atendem à graduação.

Assim, iniciaram-se os trabalhos de estudo pelo acesso às salas de aula, isto é, as portas; todas têm larguras superiores ao valor mínimo de 0,80m, estando assim em consonância com a norma NBR9050:2015, porém, as maçanetas não atendem à seção 4.6.6.1 da mesma norma, segundo a qual, se suas extremidades forem do tipo alavancas, deverão ser recurvadas e possuir, no mínimo, 100mm de comprimento. Pode-se visualizar, na Figura 19, que a maçaneta é do tipo alavanca, mas não tem sua extremidade recurvada e o comprimento medido é de 70mm.

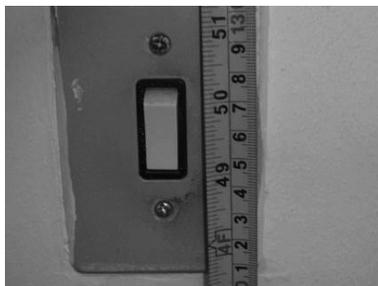
FIGURA 19 – Sala de Aula: maçaneta da porta.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Foram verificados, também, a altura dos dispositivos de comando e acionamento. O primeiro é o interruptor de iluminação, sua altura deverá estar entre 1,00 e 0,60m (NBR9050, 2015, 4.6.9, p. 23). Observamos que a altura medida até o centro do interruptor em média foi de 1,26m nas dez salas avaliada, como mostra a Figura 20. Portanto, o dispositivo não está dentro da altura especificada.

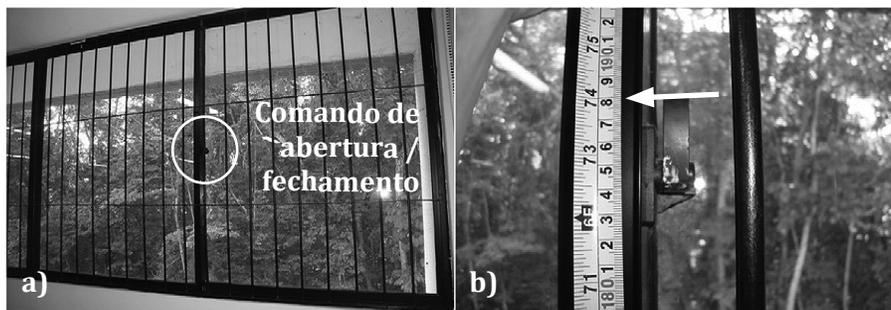
FIGURA 20 – Altura do interruptor de iluminação.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

O dispositivo seguinte é o comando de abertura/fechamento da janela, a altura especificada pela norma (*Ibidem*) é entre 1,20 e 0,60 m. A medida aferida em campo foi de 1,88m de altura, conforme Figura 21. Além, do agrave das grades internas, este dispositivo não está em conformidade.

FIGURA 21 – Janela: (a) vista frontal; (b) detalhe.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Registrou-se, ainda, a ausência de mesas acessíveis conforme a seção 10.15.6 da mesma norma, que determina, no mínimo, que haja uma mesa para cada duas salas.

Vale ressaltar que todas as salas visitadas estão bem conservadas, iluminadas e providas de ar condicionado.

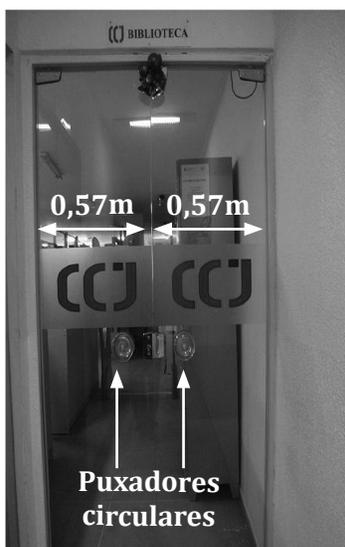
Portanto, a conceituação final do indicador 1.6 Salas de aula recebe o **conceito 3**. Visto que, de maneira geral, os itens em desacordo não se sobrepõem aos aspectos positivos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.6 Salas de aula	1	Quando a sala de aula não atende as especificações de acessibilidade, conforme NBR 9050/15.
	2	Quando a sala de aula é insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, altura da lousa e número de mesas acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	3	Quando a sala de aula é suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, altura da lousa e número de mesas acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	4	Quando a sala de aula é muito boa , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, altura da lousa e número de mesas acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	5	Quando a sala de aula é excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, altura da lousa e número de mesas acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
Justificativa:		

5.1.7 Biblioteca Setorial

Situada no térreo, no final de um corredor, a biblioteca setorial do CCJ, contém: terminais de consulta; mesas de leitura; acervo bibliográfico e área de atendimento. A porta que lhe dá acesso é composta por duas folhas, se enquadrando assim na seção 6.11.2.4 da norma NBR9050:2015, segundo a qual: “Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80 m”. No entanto, nenhuma das folhas mediu 0,80m de vão livre, conforme mostra a Figura 22.

FIGURA 22 – Entrada da biblioteca setorial.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Outro item que a porta não atende, está associado aos puxadores, na Figura 22, vê-se que são circulares e, segundo a mesma norma, eles devem ser verticais ou horizontais de seção circular entre 25mm e 45mm.

No interior da biblioteca setorial foi avaliado o balcão de atendimento. Segundo a norma NBR9050 (2015, seção 9.2.1.4, p. 117), “[...] devem possuir superfície com largura mínima de 0,90m e altura entre 0,75m a 0,85m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80m”.

A aferição de campo verificou que o balcão de atendimento tem uma altura de 1,23m, não atendendo em nenhuma das medições as especificações da norma, estando em total desconformidade, conforme a Figura 23.

FIGURA 23 – Balcão de atendimento: (a) vista lateral; (b) altura.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

O próximo elemento que foi avaliado é o terminal de consulta. Verificou-se que ele satisfaz as dimensões recomendadas, além da plataforma SIGAA da UFPB disponibilizar recursos para os deficientes visuais, como mostra a Figura 24.

FIGURA 24 – Terminal de consulta: (a) vista lateral; (b) plataforma SIGAA; (c) ponto de acesso para as pessoas com deficiência visualis.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Seguindo a avaliação, o elemento a ser aferido remete às estantes de livros e seus distanciamentos. O espaço entre os corredores formados pelas estantes de livros deverão medir, no mínimo, 0,90m e altura dos fichários ter, no máximo, 1,55m de altura, atendendo à faixa de alcance manual e parâmetros visuais (NBR9050, 2015, seção 10.16.3 – 10.16.4, p. 136-137).

De posse destas especificações normativas foram verificadas a largura dos corredores formados pelas estantes de livros, de modo que foi encontrado um corredor, de um total de cinco, com largura 50% menor que o especificado, isto é, 0,45m de largura, conforme a Figura 25.

FIGURA 25 – Biblioteca: corredor entre estantes de livros



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Enquanto, a altura máxima dos fichários todas excederam 1,55m, como se vê na Figura 26.

FIGURA 26 – Biblioteca: altura máxima dos fichários.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Continuando o estudo, não foram encontrados, no acervo bibliográfico da biblioteca, recursos audiovisuais e publicações em Braille como recomenda a norma. Além de não ser ofertado o atendimento em Libras.

Portanto, ficou a desejar a função que a biblioteca tem em promover a leitura, pesquisa e estudos para as pessoas com deficiência. Por isso, atribuiu-se, ao indicador 1.7 – Biblioteca setorial, o **conceito 2**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.7 Biblioteca setorial (Ou a biblioteca que os alunos do centro acadêmico fazem uso)	1	Quando a biblioteca não atende as especificações de acessibilidade, conforme NBR 9050/15.
	2	Quando a biblioteca é insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: terminal de consulta, mesas, corredores entre estantes, recursos audiovisuais, publicações em Braille, serviço de apoio e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	3	Quando a biblioteca é suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: terminal de consulta, mesas, corredores entre estantes, recursos audiovisuais, publicações em Braille, serviço de apoio e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	4	Quando a biblioteca é muito boa , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: terminal de consulta, mesas, corredores entre estantes, recursos audiovisuais, publicações em Braille, serviço de apoio e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	5	Quando a biblioteca é excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: terminal de consulta, mesas, corredores entre estantes, recursos audiovisuais, publicações em Braille, serviço de apoio e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
Justificativa:		

5.1.8 Secretaria de curso

Na secretaria de curso do CCJ, observou-se que o balcão de atendimento tem uma altura de 1,10m, não apresentando, em nenhuma das medições seguintes, as medidas especificadas por norma, estando em total desconformidade, conforme a Figura 27.

Figura 27 – Secretária de curso: vista interna.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

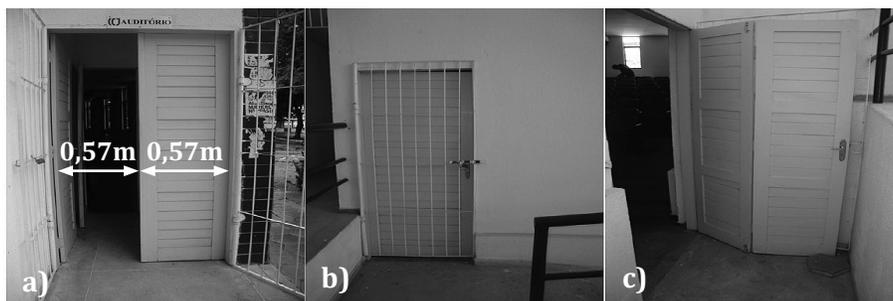
Verificou-se, ainda, a ausência de atendimento em Libras. Portanto, atribuiu-se, ao indicador 1.8 – Secretaria de curso – o **conceito 2**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.8 Secretarias do curso	1	Quando a secretaria não atende as especificações de acessibilidade, conforme NBR 9050/15.
	2	Quando a secretaria é insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, mesa, prioridade no atendimento e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	3	Quando a secretaria é suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, mesa, prioridade no atendimento e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	4	Quando a secretaria é muito boa , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, mesa, prioridade no atendimento e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	5	Quando a secretaria é excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, mesa, prioridade no atendimento e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
Justificativa:		

5.1.9 Auditório

O CCJ dispõe de um único auditório e este está localizado do lado direito de quem chega ao pátio, sua estrutura comporta uma plateia de 246 espectadores. O acesso é possível por três entradas, (a) a primeira é a principal, que dá acesso à parte superior da plateia, (b) a segunda é a dos bastidores, que dá acesso ao camarim e o palco, (c) a terceira entrada é a que dá acesso à parte de baixo da plateia, conforme Figura 28.

FIGURA 28 – Auditório: (a) entrada principal; (b) entrada dos bastidores; (c) entrada de acesso à parte de baixo da plateia.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

A entrada principal é constituída por uma grade de proteção bipartida e duas portas em sequência com duas folhas cada. No sentido de quem entra, a primeira abre as folhas para dentro e a segunda para fora, como se vê na Figura 28a. Segundo a NBR9050 (2015, seção 6.11.2.4), “Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80 m”. No entanto, nenhuma das folhas mediu 0,80m de vão livre, conforme aferição de campo, vista na Figura 28a.

Além, das maçanetas não atenderem à seção 4.6.6.1 da mesma norma, que se forem do tipo alavancas, suas extremidades deverão ser recurvada e possuir, no mínimo, 100mm de comprimento. Pode-se visualizar, na Figura 29, que a maçaneta é do tipo alavanca, mas não tem sua extremidade recurvada e o comprimento medido é de 70mm.

FIGURA 29 – Sala de Aula: maçaneta da porta.



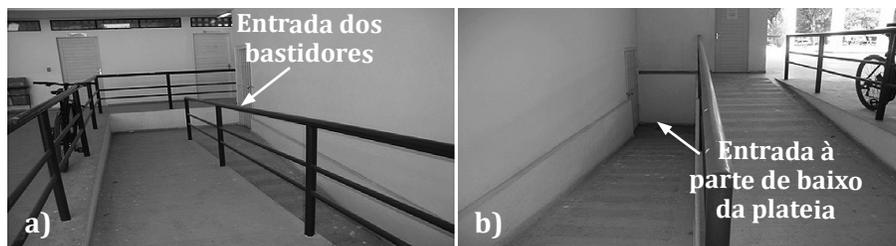
FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Outro item, é que a entrada principal não está em conformidade com a norma, assim como o distanciamento na transposição de espaços com portas em sequência. Pois, “[...] é necessário um espaço de transposição com um círculo de 1,50m de diâmetro, somando às dimensões da largura das portas [...]” (NBR0950, 2015, seção 6.11.2.1, p. 69) e a distância aferida em campo foi de 0,30 m.

Antes de chegar às demais entradas, é preciso se deslocar por rampas, portanto, elas serão avaliadas e, em seguida, serão verificadas as entradas que elas ligam.

Nas aferições de campo, a rampa apresentou inclinação de 8,33%; portanto, em acordo com a norma NBR9050:2015. Porém, os corrimãos não atendem à norma nos aspectos: seção circular; extremidades e corrimão de duas alturas de cada lado, conforme a Figura 30.

FIGURA 30 – Rampa de acesso ao auditório: (a) patamar de início; (b) patamar intermediário.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

O acesso à entrada dos bastidores, Já mostrada na Figura 28b, é constituída por uma grade de ferro e uma porta de madeira medindo, ambas, mais que a recomendação de 0,80m de largura, segundo a norma NBR9050:2015, estando, assim, suas larguras em conformidade. Todavia, a grade de ferro tem sua abertura para dentro do patamar da rampa, estando assim, em desacordo com a seção 6.6.4.1 da mesma norma, onde descreve que “quando houver porta nos patamares, sua área de varredura não pode interferir na dimensão mínima do patamar”.

O acesso à parte de baixo da plateia, constante na Figura 28c, tem as mesmas inconformidades com a norma citada no acesso principal, exceto a transposição de espaços com portas em sequência, que é inexistente.

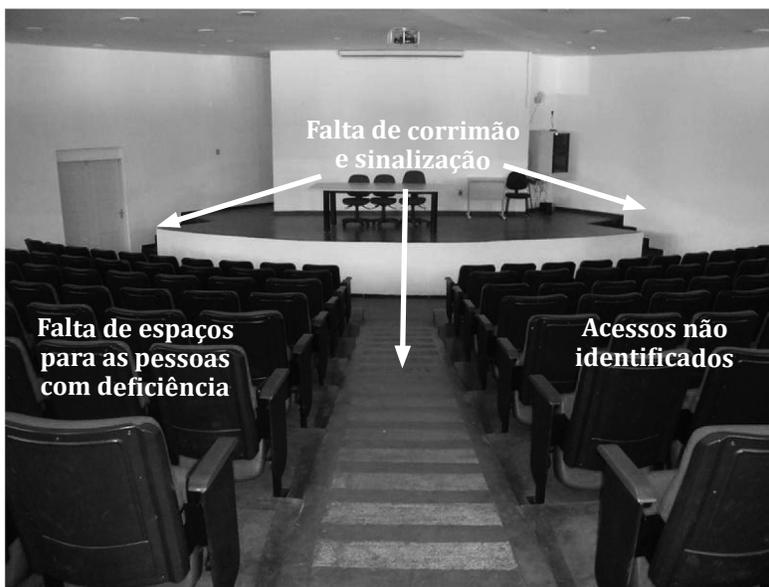
No interior do auditório, foram constatadas as seguintes inadequações disciplinadas pela norma NBR9050:2015:

- Espaço reservado para as pessoas com deficiência (seção 10.3.1);
- Mapa de assentos (seção 10.3.1, alínea e);
- Tecnologia assistiva para pessoas com deficiência visual e pessoas com deficiência auditiva (seção 10.3.1, alínea f);
- Projeção em tela da imagem do interprete de Libras (seção 10.3.1, alínea g);

Corrimão nas rampas e escadas (seção 10.4.1);
Rota acessível com sinalização luminosa (seção 10.4.2.1);
Assentos com identificação em Braille, letras ampliadas e relevo da fileira e do número (seção 10.4.2.2).

Na Figura 31, foram ilustradas algumas das incongruências apresentadas entre o auditório e a norma NBR9050:2015.

FIGURA 31 – Auditório: vista interna.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

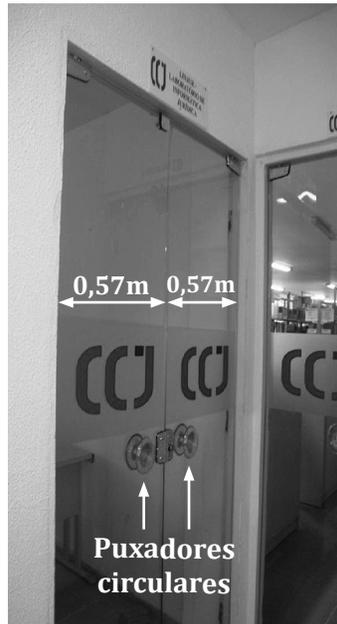
Portanto, muitas são as inconformidades apresentadas na avaliação do indicador 1.9 Auditório com a norma NBR9050:2015. A este indicador foi atribuído o **conceito 2**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.9 Auditório (Não será incluído na avaliação quando o centro acadêmico não possuir auditório)	1	Quando o auditório não atende as especificações de acessibilidade, conforme NBR 9050/15.
	2	Quando o auditório é insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço reservado, visibilidade, piso, mapa de assento, intérprete de libras, número de espaços e assentos destinados à pessoas com deficiência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	3	Quando o auditório é suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço reservado, visibilidade, piso, mapa de assento, intérprete de libras, número de espaços e assentos destinados à pessoas com deficiência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	4	Quando o auditório é muito bom , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço reservado, visibilidade, piso, mapa de assento, intérprete de libras, número de espaços e assentos destinados à pessoas com deficiência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	5	Quando o auditório é excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço reservado, visibilidade, piso, mapa de assento, intérprete de libras, número de espaços e assentos destinados à pessoas com deficiência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
Justificativa:		

5.1.10 Laboratório de graduação

O laboratório de informática do Centro está localizado ao lado da biblioteca setorial, o acesso a ele dá-se por uma porta de duas folhas de vidro, cada uma delas medindo 0,57m, providas de puxadores circulares, conforme Figura 32.

FIGURA 32 – Porta do laboratório de informática.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Segundo a NBR9050 (2015), as portas com duas ou mais folhas deverão ter, no mínimo, uma delas, a largura de 0,80m. Além disso, seus puxadores serem verticais ou horizontais de seção circular entre 25mm e 45mm. Em comparação com as aferições de campo, o acesso ao laboratório de informática está em desconformidade normativa.

Em seu interior, o laboratório é provido por doze computadores de mesa (*desktops*) e uma mesa para computadores portáteis (*notebooks*). Dos doze computadores de mesa, um é para o professor. Foi verificado que apenas um é dotado de software para pessoas com deficiência visual e que os recursos audiovisuais são poucos.

Já, o mobiliário, a iluminação e a climatização estão adequados, conforme se demonstra na Figura 33.

FIGURA 33 – Laboratório de informática: vista interna.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Portanto, atribuiu-se, ao indicador 1.10 Laboratórios de graduação, o **conceito 3**.

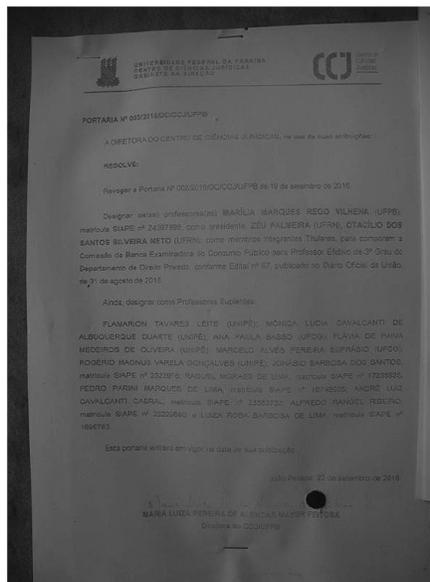
Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.10 Laboratórios de graduação	1	Quando o laboratório não atende as especificações de acessibilidade, conforme NBR 9050/15.
	2	Quando o laboratório é insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, altura da lousa, número de mesas acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	3	Quando o laboratório é suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, altura da lousa, número de mesas acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	4	Quando o laboratório é muito bom , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, altura da lousa, número de mesas acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
	5	Quando o laboratório é excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso, porta, altura da lousa, número de mesas acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15.
Justificativa:		

5.2 Comunicacional

5.2.1 Comunicação

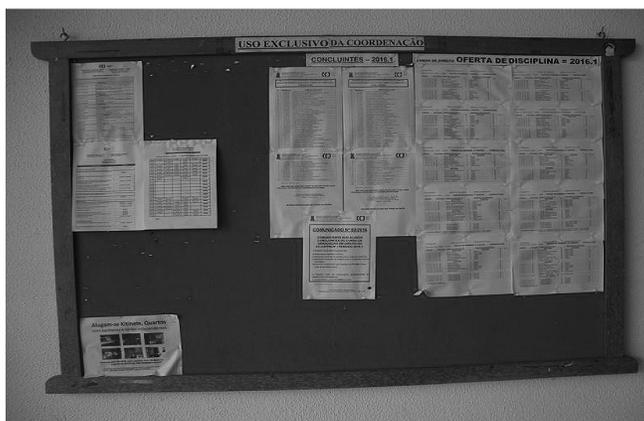
Na análise dos meios de comunicação escrita, utilizados pelo CCJ, não foram contempladas versões sonora, digital ou Braille que pudessem permitir a plena difusão e conhecimento de seu conteúdo por toda e qualquer pessoa com ou sem deficiência, como mostram as Figura 34 e 35.

FIGURA 34 – Portaria expedida pela diretoria de centro.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

FIGURA 35 – Quadro de avisos da coordenação de curso.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Portanto, atribuiu-se, ao indicador 2.1 Comunicação, o **conceito 1**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.1 Comunicação (Revistas, jornais, comunicados e etc.)	1	Quando as comunicações por meio físico entre o centro, departamentos, cursos e discentes não contemplam , em suas publicações acessibilidade comunicacional, conforme NBR 15599/08.
	2	Quando as comunicações por meio físico entre o centro, departamentos, cursos e discentes contemplam, de maneira insuficiente , em suas publicações acessibilidade comunicacional, conforme NBR 15599/08.
	3	Quando as comunicações por meio físico entre o centro, departamentos, cursos e discentes contemplam, de maneira suficiente , em suas publicações acessibilidade comunicacional, conforme NBR 15599/08.
	4	Quando as comunicações por meio físico entre o centro, departamentos, cursos e discentes contemplam, muito bem , em suas publicações acessibilidade comunicacional, conforme NBR 15599/08.
	5	Quando as comunicações por meio físico entre o centro, departamentos, cursos e discentes contemplam, de maneira excelente , em suas publicações acessibilidade comunicacional, conforme NBR 15599/08.
Justificativa:		

5.2.2 TIC's

Na avaliação do site do CCJ (<http://security.ufpb.br/ccj>) não foram identificadas discordâncias quanto à norma 15599:2008 ou quanto à padronização de acessibilidade das páginas do governo federal e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), como mostra a Figura 36.

FIGURA 36 – Página principal do site do CCJ.



FONTE: Print screen da página principal do CCJ, Disponível em: <<http://security.ufpb.br/ccj>> Acesso em 4 jan. 2017.

Portanto, a conceituação final do indicador 2.2 TIC's recebe o **conceito 5**. Visto que, de maneira geral, atende as especificações vigentes.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.2 TIC's (Site, e-mail, chat, fóruns, a agenda de grupo online, comunidades virtuais, web cam, entre outros)	1	Quando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) implantadas para os discentes, não promovem , acessibilidade comunicacional, conforme NBR 15599/08.
	2	Quando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) implantadas para os discentes, de maneira insuficiente , promovem acessibilidade comunicacional, conforme NBR 15599/08.
	3	Quando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) implantadas para os discentes, de maneira suficiente , promovem acessibilidade comunicacional, conforme NBR 15599/08.
	4	Quando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) implantadas para os discentes, de maneira muito boa , promovem acessibilidade comunicacional, conforme NBR 15599/08.
	5	Quando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) implantadas para os discentes, de maneira excelente , promovem acessibilidade comunicacional, conforme NBR 15599/08.
Justificativa:		

5.2.3 Sinalização

Na avaliação não foram encontrados sinalização tátil ou sonora, apenas um pequeno número de sinalização visual, referente às placas de identificação de cada setor, conforme Figura 37.

Figura 37 – Sinalização visual.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Portanto, atribuiu-se, ao indicador 2.3 Sinalização, o **conceito 1**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.3 Sinalização	1	Quando não há sinalização tátil, visual e/ou sonora nos ambientes e salas atende, conforme NBR 9050/15 e NBR 15599/08.
	2	Quando a sinalização tátil, visual e/ou sonora nos ambientes e salas atende, de maneira insuficiente , nos aspectos: localização, altura, diagramação, contraste, legibilidade, símbolo, dimensão, informação, advertência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15 e NBR 15599/08.
	3	Quando a sinalização tátil, visual e/ou sonora nos ambientes e salas atende, de maneira suficiente , nos aspectos: localização, altura, diagramação, contraste, legibilidade, símbolo, dimensão, informação, advertência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15 e NBR 15599/08.
	4	Quando a sinalização tátil, visual e/ou sonora nos ambientes e salas atende, muito bem , nos aspectos: localização, altura, diagramação, contraste, legibilidade, símbolo, dimensão, informação, advertência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15 e NBR 15599/08.
	5	Quando a sinalização tátil, visual e/ou sonora nos ambientes e salas atende, de maneira excelente , nos aspectos: localização, altura, diagramação, contraste, legibilidade, símbolo, dimensão, informação, advertência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 9050/15 e NBR 15599/08.
Justificativa:		

5.2.4 Mapas Táteis

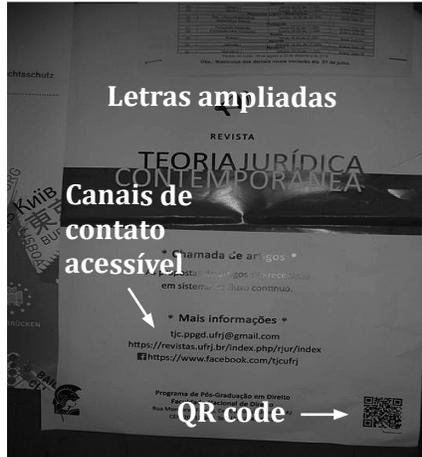
Na avaliação não foram encontrados nas dependências do CCJ mapas táteis. Pelo exposto, foi atribuído ao indicador 2.4, Mapas Táteis, o **conceito 1**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.4 Mapas Táteis (Descrição de seus espaços)	1	Quando não há mapas táteis nos ambientes de maior circulação no centro acadêmico.
	2	Quando os mapas táteis nos ambientes de maior circulação no centro acadêmico atendem, de maneira insuficiente , nos aspectos: quantidade, localização, altura, diagramação, contraste, legibilidade, símbolo, dimensão, informação, advertência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 15599/08.
	3	Quando os mapas táteis nos ambientes de maior circulação no centro acadêmico atendem, de maneira suficiente , nos aspectos: quantidade, localização, altura, diagramação, contraste, legibilidade, símbolo, dimensão, informação, advertência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 15599/08.
	4	Quando os mapas táteis nos ambientes de maior circulação no centro acadêmico atendem, muito bem , nos aspectos: quantidade, localização, altura, diagramação, contraste, legibilidade, símbolo, dimensão, informação, advertência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 15599/08.
	5	Quando os mapas táteis nos ambientes de maior circulação no centro acadêmico atendem, de maneira excelente , nos aspectos: quantidade, localização, altura, diagramação, contraste, legibilidade, símbolo, dimensão, informação, advertência e outros critérios e parâmetros conforme NBR 15599/08.
Justificativa:		

5.2.5 Divulgação de eventos

Em geral os cartazes dos eventos divulgados cumprem os aspectos: letras ampliadas, QR Code e canais de contato acessível, como mostra a Figura 38.

FIGURA 38 – Cartaz de divulgação de evento.



FONTE: Arquivos pessoais dos autores, 2016.

Porém, não foram encontrados cartazes em Braille e audiodescrição. Portanto, atribuiu-se, ao indicador 2.5 Divulgação de eventos, o **conceito 3**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.5 Divul-gação de eventos	1	Quando a divulgação de eventos não atende as especificações de acessibilidade, nos aspectos: comunicação em Braille, letras ampliadas, QR Code, audiodescrição, canais de contatos acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 15599/08.
	2	Quando há divulgação de eventos, de maneira insuficiente , nos aspectos: comunicação em Braille, letras ampliadas, QR Code, audiodescrição, canais de contatos acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 15599/08.
	3	Quando há divulgação de eventos, de maneira suficiente , nos aspectos: comunicação em Braille, letras ampliadas, QR Code, audiodescrição, canais de contatos acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 15599/08.
	4	Quando há divulgação de eventos, muito bom , nos aspectos: comunicação em Braille, letras ampliadas, QR Code, audiodescrição, canais de contatos acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 15599/08.
	5	Quando há divulgação de eventos, de maneira excelente , nos aspectos: comunicação em Braille, letras ampliadas, QR Code, audiodescrição, canais de contatos acessíveis e outros critérios e parâmetros conforme NBR 15599/08.
Justificativa:		

5.3 Metodológico

5.3.1 Metodologia

Avaliando as resoluções nº49/2008 e nº62/2011 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFPB, não foram encontrados elementos de forma clara e explícita das adaptações curriculares de conteúdos programáticos para os discentes com deficiência. Apenas a resolução nº49/2008, em seu artigo 8º, parágrafo único, permite uma possível adaptação de metodologia para os discentes com deficiência mediante aprovação do colegiado do curso e do CONSEPE.

Portanto, atribuiu-se, ao indicador 3.1 Metodologia, o **conceito 2**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.1 Metodologia (Adaptações curriculares de conteúdos programáticos, ementas e ações no Projeto Pedagógico de Curso - PPC)	1	Quando não há no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), adaptações curriculares de conteúdos programáticos para pessoas com deficiência.
	2	Quando as adaptações curriculares de conteúdos programáticos para pessoas com deficiência no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) estão implantadas de maneira insuficiente .
	3	Quando as adaptações curriculares de conteúdos programáticos para pessoas com deficiência no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) estão implantadas de maneira suficiente .
	4	Quando as adaptações curriculares de conteúdos programáticos para pessoas com deficiência no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) estão muito bem implantadas.
	5	Quando as adaptações curriculares de conteúdos programáticos para pessoas com deficiência no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) estão implantadas de maneira excelente .
Justificativa:		

5.3.2 Programa de apoio

Observa-se que há apoio quanto ao direcionamento das pessoas com deficiência no âmbito do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), mas esta política não está instituída em nenhum documento do Centro.

Por isso, atribuiu-se, ao indicador 3.2 Programa de apoio, o **conceito 1**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.2 Programa de apoio	1	Quando não existe , no âmbito do departamento, Programa de Suporte Pedagógico em acessibilidade para docentes, discentes e técnicos administrativos.
	2	Quando o Programa de Suporte Pedagógico em acessibilidade para docentes, discentes e técnicos administrativos atende, de maneira insuficiente , os aspectos: apoio, treinamento, capacitação e reciclagem.
	3	Quando o Programa de Suporte Pedagógico em acessibilidade para docentes, discentes e técnicos administrativos atende, de maneira suficiente , os aspectos: apoio, treinamento, capacitação e reciclagem.
	4	Quando o Programa de Suporte Pedagógico em acessibilidade para docentes, discentes e técnicos administrativos atende, muito bem , os aspectos: apoio, treinamento, capacitação e reciclagem.
	5	Quando o Programa de Suporte Pedagógico em acessibilidade para docentes, discentes e técnicos administrativos atende, de maneira excelente , os aspectos: apoio, treinamento, capacitação e reciclagem.
Justificativa:		

5.3.3 Formação e treinamento de recursos humanos

O Centro não dispõe de tal formação e treinamento, o que se observa é a espera da administração central da universidade pela realização de formação e treinamento no atendimento e comunicação com pessoas com deficiência. Vale salientar que é dada, ao servidor, a escolha de participar ou não das formações e do treinamento promovidos pela administração central da universidade.

Portanto, atribuiu-se, ao indicador 3.3 Formação e treinamento de recursos humanos, o **conceito 1**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.3 Formação e treinamento de recursos humanos	1	Quando não existe , no âmbito do centro acadêmico, formação e treinamento dos docentes, técnicos administrativos e funcionários terceirizados para o atendimento e comunicação com alunos com deficiência.
	2	Quando a formação e treinamento dos docentes, técnicos administrativos e funcionários terceirizados para o atendimento e comunicação com alunos com deficiência atende, de maneira insuficiente , os aspectos: número de participantes, domínio e reciclagem.
	3	Quando a formação e treinamento dos docentes, técnicos administrativos e funcionários terceirizados para o atendimento e comunicação com alunos com deficiência atende, de maneira suficiente , os aspectos: número de participantes, domínio e reciclagem.
	4	Quando a formação e treinamento dos docentes, técnicos administrativos e funcionários terceirizados para o atendimento e comunicação com alunos com deficiência atende, muito bem , os aspectos: número de participantes, domínio e reciclagem.
	5	Quando a formação e treinamento dos docentes, técnicos administrativos e funcionários terceirizados para o atendimento e comunicação com alunos com deficiência atende, de maneira excelente , os aspectos: número de participantes, domínio e reciclagem.
Justificativa:		

5.3.4 Formação de monitores e multiplicadores

Não foram encontrados monitores e multiplicadores em acessibilidade no CCJ. Esta formação só ocorre mediante promoção da administração central da universidade.

Por essa razão, atribuiu-se, ao indicador 3.4 Formação de monitores e multiplicadores, o **conceito 1**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.4 Formação de monitores e multiplicadores	1	Quando não existe , no âmbito do departamento, formação de monitores e multiplicadores em acessibilidade para os alunos com deficiência no processo ensino-aprendizagem.
	2	Quando a formação de monitores e multiplicadores em acessibilidade para os alunos com deficiência atende, de maneira insuficiente , aos aspectos: apoio, suporte e ajuda no processo ensino-aprendizagem.
	3	Quando a formação de monitores e multiplicadores em acessibilidade para os alunos com deficiência atende, de maneira suficiente , aos aspectos: apoio, suporte e ajuda no processo ensino-aprendizagem.
	4	Quando a formação de monitores e multiplicadores em acessibilidade para os alunos com deficiência atende, muito bem , aos aspectos: apoio, suporte e ajuda no processo ensino-aprendizagem.
	5	Quando a formação de monitores e multiplicadores em acessibilidade para os alunos com deficiência atende, de maneira excelente , aos aspectos: apoio, suporte e ajuda no processo ensino-aprendizagem.
Justificativa:		

5.3.5 Materiais didáticos

Não foi encontrado, no CCJ, nenhum setor responsável por tal atribuição, no entanto, observou-se que há apoio no direcionamento das pessoas com deficiência para a Pró-Reitoria de Graduação (PRG). Entretanto, esta política não está instituída em nenhum documento. Desse modo, assim como no indicador anterior, atribuiu-se, ao indicador 3.5 Materiais didáticos, o **conceito 1**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.5 Materiais didáticos	1	Quando não existe , no âmbito do departamento, materiais didáticos adaptados para os alunos com os mais diversos tipos de deficiência.
	2	Quando os materiais didáticos para os alunos com deficiência atendem, de maneira insuficiente , aos aspectos: adaptação, tamanho, textura, contraste, manuseio, representação e resistência.
	3	Quando os materiais didáticos para os alunos com deficiência atendem, de maneira suficiente , aos aspectos: adaptação, tamanho, textura, contraste, manuseio, representação e resistência.
	4	Quando os materiais didáticos para os alunos com deficiência atendem, muito bem , aos aspectos: adaptação, tamanho, textura, contraste, manuseio, representação e resistência.
	5	Quando os materiais didáticos para os alunos com deficiência atendem, de maneira excelente , aos aspectos: adaptação, tamanho, textura, contraste, manuseio, representação e resistência.
Justificativa:		

5.3.6 Núcleo docente estruturante

Embora tenhamos sido informados que o Núcleo Docente Estruturado tenha sido instituído, as atas de constituição, bem como, dos encontros existentes posteriormente não foram publicadas nem encontradas, não sendo, assim, possível mensurá-lo. Além disso, constatou-se que ele não tem calendário de atividades.

Portanto, atribuiu-se, ao indicador 3.6 Núcleo docente estruturante, o conceito 2.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.6 Núcleo docente estruturante	1	Quando não existe , no âmbito do curso, um núcleo docente estruturante, que promova mudança e adequações na metodologia de ensino dos cursos ofertados para as pessoas com deficiência.
	2	Quando o núcleo docente estruturante atende, de maneira insuficiente , aos aspectos: mudanças, adequações e debates da metodologia de ensino dos cursos ofertados.
	3	Quando o núcleo docente estruturante atende, de maneira suficiente , aos aspectos: mudanças, adequações e debates da metodologia de ensino dos cursos ofertados.
	4	Quando o núcleo docente estruturante atende, muito bem , aos aspectos: mudanças, adequações e debates da metodologia de ensino dos cursos ofertados.
	5	Quando o núcleo docente estruturante atende, de maneira excelente , aos aspectos: mudanças, adequações e debates da metodologia de ensino dos cursos ofertados.
Justificativa:		

5.4 Instrumental

5.4.1 Setor de ajuda técnica

Não existe esse setor nem parceria do CCJ com outros órgãos, no entanto, observou-se que as pessoas com deficiência são direcionadas para o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), mas esta política não está instituída em nenhum documento.

Portanto, atribuiu-se, ao indicador 4.1 Setor de ajuda técnica, o **conceito 1**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
4.1 Setor de ajuda técnica (Do centro acadêmico ou associado a ele)	1	Quando não existe setor de ajuda técnica no âmbito do centro acadêmico ou em parceria institucional com outros setores para a adaptação e/ou compras de equipamentos, aparelhos, órteses e tecnologias na promoção da acessibilidade.
	2	Quando o setor de ajuda técnica ou parceria institucional com outros setores é insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: adaptação e/ou compras de equipamentos, aparelhos, órteses e tecnologias na promoção da acessibilidade.
	3	Quando o setor de ajuda técnica ou parceria institucional com outros setores é suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: adaptação e/ou compras de equipamentos, aparelhos, órteses e tecnologias na promoção da acessibilidade.
	4	Quando o setor de ajuda técnica ou parceria institucional com outros setores é muito bom , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: adaptação e/ou compras de equipamentos, aparelhos, órteses e tecnologias na promoção da acessibilidade.
	5	Quando o setor de ajuda técnica ou parceria institucional com outros setores é excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: adaptação e/ou compras de equipamentos, aparelhos, órteses e tecnologias na promoção da acessibilidade.
Justificativa:		

5.4.2 Equipamentos e instrumentos

Não há qualquer setor que disponibilize equipamentos e instrumentos acessível.

Desse modo, assim como no indicador anterior, atribuiu-se, ao indicador 4.2 Equipamentos e instrumentos, o **conceito 1**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
4.2 Equipamentos e instrumentos (Para a promoção da autonomia)	1	Quando não há equipamentos e instrumentos disponibilizados aos estudantes.
	2	Quando os equipamentos e instrumentos implantados, disponibilizados aos estudantes, permita executar, de maneira insuficiente , as atividades de aprendizagem.
	3	Quando os equipamentos e instrumentos implantados, disponibilizados aos estudantes, permita executar, de maneira suficiente , as atividades de aprendizagem.
	4	Quando os equipamentos e instrumentos implantados, disponibilizados aos estudantes, permita executar, muito bem , as atividades de aprendizagem.
	5	Quando os equipamentos e instrumentos implantados, disponibilizados aos estudantes, permita executar, de maneira excelente , as atividades de aprendizagem.
Justificativa:		

5.4.3 Programas e aplicativos assistivos

O CCJ tem, disponível, o programa Dos Vox instalado em alguns computadores do laboratório de informática para os alunos com deficiência visual. Porém, apenas este programa não é o suficiente para a promoção da acessibilidade para outros tipos de deficiência.

Assim, por ter um programa que atende parcialmente este público, atribuiu-se, ao indicador 4.3 Programas e aplicativos assistivos, o **conceito 3**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
4.3 Programas e aplicativos assistivos	1	Quando não há programas e aplicativos disponibilizados aos estudantes.
	2	Quando os programas e aplicativos implantados, disponibilizados aos estudantes, permita executar, de maneira insuficiente , os: dispositivos, sistemas e computadores.
	3	Quando os programas e aplicativos implantados, disponibilizados aos estudantes, permita executar, de maneira suficiente , os: dispositivos, sistemas e computadores.
	4	Quando os programas e aplicativos implantados, disponibilizados aos estudantes, permita executar, muito bem , os: dispositivos, sistemas e computadores.
	5	Quando os programas e aplicativos implantados, disponibilizados aos estudantes, permita executar, de maneira excelente , os: dispositivos, sistemas e computadores.
Justificativa:		

5.5 Programático

5.5.1 Regimento interno do centro acadêmico

O CCJ, em seu regimento interno, aprovado pela resolução nº02/2015 do Conselho Universitário (CONSUNI) da UFPB, não expressa competências e atribuições aos membros ocupantes de cargos e funções em sua estrutura organizacional que constitua a acessibilidade e suas dimensões em seus ditames.

Assim, pelo exposto, atribuiu-se, ao indicador 5.1 Regimento interno do centro acadêmico, o **conceito 1**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
5.1 Re-gimento interno do centro acadêmico	1	Quando o Regimento Interno do Centro Acadêmico não contempla a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.
	2	Quando o Regimento Interno do Centro Acadêmico contempla, de maneira insuficiente , a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.
	3	Quando o Regimento Interno do Centro Acadêmico contempla, de maneira suficiente , a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.
	4	Quando o Regimento Interno do Centro Acadêmico contempla muito bem , a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.
	5	Quando o Regimento Interno do Centro Acadêmico contempla, de maneira excelente , a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.
Justificativa:		

5.5.2 Plano de desenvolvimento institucional (PDI)

A UFPB, em seu PDI 2014-2018 descreve, nas páginas 115 a 117, diretrizes gerais voltadas à promoção da acessibilidade e suas dimensões (arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal). No entanto, não é apresentada nenhuma diretriz que articule, junto aos órgãos superiores da universidade e às direções de centro, a regulamentação de práticas por meio de portarias e resoluções que fortaleçam as ações institucionais na defesa dos direitos de igualdade, pois todos os pilares são importantes para uma acessibilidade inclusiva e universal, do contrário, onde todos os pilares são interrelacionados, a falta de qualquer um interferirá na completude das ações.

Portanto, atribuiu-se, ao indicador 5.2 Plano de desenvolvimento institucional (PDI), o **conceito 4**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
5.2 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	1	Quando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) não contempla a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.
	2	Quando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) contempla, de maneira insuficiente , a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.
	3	Quando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) contempla, de maneira suficiente , a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.
	4	Quando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) contempla muito bem , a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.
	5	Quando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) contempla, de maneira excelente , a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.
Justificativa:		

5.6 Atitudinal

5.6.1 Projeto pedagógico do curso (PPC)

Na avaliação das resoluções nº49/2008 e nº62/2011 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFPB, de um modo geral, não foram encontrados elementos da acessibilidade e suas dimensões em suas redações.

Assim, pelo exposto, atribuiu-se, ao indicador 6.1 Projeto pedagógico do curso (PPC), o **conceito 1**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
6.1 Projeto Pedagógico do Curso (PPC)	1	Quando a acessibilidade e suas dimensões não estão implantadas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
	2	Quando a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal estão implantadas, de maneira insuficiente , no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
	3	Quando a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal estão implantadas, de maneira suficiente , no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
	4	Quando a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal estão muito bem implantadas, no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
	5	Quando a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal estão implantadas, de maneira excelente , no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
Justificativa:		

5.6.2 Atendimento

Na recepção do CCJ, não há nenhum atendimento especializado para passar informações e instruções ao público com deficiência.

Desse modo, assim como no indicador anterior, atribuiu-se, ao indicador 6.2 Atendimento, o **conceito 1**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
6.2 Atendimento (Recepção e setor de protocolo do centro acadêmico)	1	Quando não há atendimento especializado para informações e instruções no centro acadêmico.
	2	Quando o atendimento especializado de informações e instruções estão implantados, de maneira insuficiente , no centro acadêmico.
	3	Quando o atendimento especializado de informações e instruções estão implantados, de maneira suficiente , no centro acadêmico.
	4	Quando o atendimento especializado de informações e instruções estão muito bem implantados, no centro acadêmico.
	5	Quando o atendimento especializado de informações e instruções estão implantados, de maneira excelente , no centro acadêmico.
Justificativa:		

5.6.3 Agenda de ações

Não foram encontradas, em nenhum documento de gestão do CCJ, ações que desobstruíssem as dificuldades vivenciadas pelos alunos com deficiência e que promovam a acessibilidade e suas dimensões.

Portanto, atribuiu-se, ao indicador 6.3 Agenda de ações, o **conceito 1**.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
6.3 Agenda de ações (Projetos, encontros, feiras, oficinas, reuniões, palestras e outros eventos)	1	Quando não há agenda de ações para a acessibilidade e suas dimensões no centro acadêmico.
	2	Quando a agenda de ações para a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal estão implantadas, de maneira insuficiente , no centro acadêmico.
	3	Quando a agenda de ações para a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal estão implantadas, de maneira suficiente , no centro acadêmico.
	4	Quando a agenda de ações para a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal estão muito bem implantadas, no centro acadêmico.
	5	Quando a agenda de ações para a acessibilidade e suas dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal estão implantadas, de maneira excelente , no centro acadêmico.
Justificativa:		

Realizada a aplicação do instrumento. A seguir, será apresentado o Cômputo Geral da Avaliação do CCJ com base no Instrumento A6.

5.7 Cômputo do instrumento de avaliação

Atribuído a cada indicador seu conceito, foram realizados os cálculos que determinaram os valores dos macroindicadores de cada dimensão. A seguir, por meio das equações 16, 17, 18, 19, 20 e 21 são expressos respectivamente os valores dos macroindicadores: arquitetônico, comunicacional, metodológico, instrumental, programático e atitudinal.

$$\bar{a}_1 = \frac{\sum_{i=1}^9 2+2+3+2+3+2+2+2+3}{9} = \frac{21}{9} = 2,33 \quad (16)$$

$$\bar{a}_2 = \frac{\sum_{i=1}^5 1+5+1+1+3}{5} = \frac{11}{5} = 2,2 \quad (17)$$

$$\bar{a}_3 = \frac{\sum_{i=1}^6 2+1+1+1+1+2}{6} = \frac{8}{6} = 1,33 \quad (18)$$

$$\bar{a}_4 = \frac{\sum_{i=1}^3 1+1+3}{3} = \frac{5}{3} = 1,66 \quad (19)$$

$$\bar{a}_5 = \frac{\sum_{i=1}^2 1+4}{2} = \frac{5}{2} = 2,5 \quad (20)$$

$$\bar{a}_6 = \frac{\sum_{i=1}^3 1+1+1}{3} = \frac{3}{3} = 1 \quad (21)$$

Conhecidos os valores de cada macroindicador, é apresentado, a seguir, o cálculo do indicador global que indicará a magnitude das condições de acessibilidade por meio da equação 22.

$$\begin{aligned} A6 &= \left(\prod_{i=1}^n x_i \right)^{\frac{1}{n}} \Rightarrow \left(\prod_{i=1}^6 \bar{a}_i \right)^{\frac{1}{6}} \\ &\Rightarrow \sqrt[6]{\bar{a}_1 \times \bar{a}_2 \times \bar{a}_3 \times \bar{a}_4 \times \bar{a}_5 \times \bar{a}_6} \\ &\Rightarrow \sqrt[6]{2,33 \times 2,2 \times 1,33 \times 1,66 \times 2,5 \times 1} \\ &\Rightarrow \sqrt[6]{28,30} = 1,75 \end{aligned} \quad (22)$$

Obtêm-se, então, pela equação 22, o valor de 1,75. Este valor é classificado segundo a Tabela 3, como **Conceito E** em acessibilidade. Portanto, mesmo se tratando de um Centro cuja construção é recente, ou seja, foi construído quando todas as normas relativas à acessibilidade já estavam em vigor. E sendo um Centro onde a aplicação das leis é o principal instrumento de trabalho docente e da formação discente, o resultado não é alvissareiro.

Portanto, pelo Instrumento A6, o nível de acessibilidade do CCJ é considerado **RUIM**.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na verdade, tivemos grandes dificuldades em realizar um “fechamento” para nossa obra. E, por uma razão muito simples, não pode ser concluído algo que está em processo de implantação.

Destarte, apesar de ter apresentado, ao leitor, uma trajetória histórica sobre a política de inclusão e a legislação que historicamente vem embasando essa política, podemos afirmar que o processo de inclusão de pessoas com deficiência foi, apenas, iniciado.

À medida que as necessidades elementares vão sendo atendidas, outras necessidades serão apresentadas. Não esqueçamos que são, no mínimo, séculos de exclusão. Assim, podemos dizer que a breve descrição histórica que apresentamos é, tão somente, a ponta de um *grade iceberg*. Não ousamos, sob nenhum aspecto, denominar nosso estudo do que se conhece, no mundo acadêmico, como estado da arte.

A construção do instrumento segue no mesmo diapasão. Criamos e afinamos um instrumento pautado na realidade atual. Ou seja, partimos das necessidades básicas, postas no momento, e da legislação que embasa o atual estágio da discussão acerca da política inclusiva e para o atendimento dessas necessidades conjunturais.

Entretanto, tivemos o cuidado de ampliar as possibilidades de aplicação do instrumento para espaços onde o público usuário possa demandar mais os serviços. No caso, para espaços especialmente produzidos para atender pessoas com algum tipo de deficiência, seja esta permanente ou temporária. Para tanto, basta aplicar uma das fórmulas matemáticas que sugerimos e que podem aumentar o grau de exigência da avaliação de acordo com as necessidades do público alvo.

A nossa limitação, nesse aspecto, está dada por questões históricas, já que o nosso instrumento de avaliação está pautado na legislação e nas necessidades apresentadas até o momento. Entretanto, consideramos que

nossa contribuição é de grande importância por duas razões. A primeira é que transplantamos a discussão do campo teórico para o campo prático e em um espaço onde a junção entre a prática e a teoria orientam as ações de todos os seus agentes, sejam eles docentes, técnicos administrativos ou discentes.

A segunda razão está vinculada a *práxis* interdisciplinar. Partimos de uma questão que, em sua essência, envolvem os três campos do conhecimento e continuamos realizando a abordagem de maneira que essa interdisciplinaridade fosse mantida.

O instrumento de avaliação e intervenção, construído e testado na nossa experiência, não pode e nem deve ser entendido de maneira isolada por nenhuma área do conhecimento. A intersecção entre as áreas é fulcral para a boa aplicação do instrumento e, especialmente, para a consecução da política inclusiva destinada a pessoas com deficiência.

O entendimento de sua aplicabilidade e das intervenções que devem ser realizadas, tanto a partir de sua avaliação em espaços já existentes, visando à realização de adaptações, quanto na construção de novos espaços, requer a contribuição e a parceria de todas as áreas do conhecimento e de elementos subjetivos, como a sensibilidade. Essa junção é essencial na nossa proposta objetivando a construção de uma sociedade mais democrática e, principalmente, mais humana.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Wilson Honorato; FERREIRA, Ana Paula R. S. Projetos de Pesquisa e Metodologia do Trabalho Científico. In: ABÍLIO, Francisco José Pegado (Org.) **Educação Ambiental para o Semiárido**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS.
NBR 9050: Adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente. Rio de Janeiro, 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS.
NBR 9050: Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos. Rio de Janeiro, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS.
NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS.
NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

BARRETO FILHO, Benigno; SILVA, Claudio Xavier da. **Matemática aula por aula**: volume único. São Paulo: Ftd, 2000.

BECKER, João Luiz. **Estatística básica**: transformando dados em informação. Porto Alegre: Bookman, 2015.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 23 jun. 2016.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**. Brasília, DF.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília, DF.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de janeiro de 2009. **Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto6949_seesp.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. [2015]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 26 jan. 2017.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2012**, de 2009. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sites/default/files/pdfs/pdi_ufpb_2009_2012.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Conselho Universitário. **Resolução nº 34/2013**, de 27 de novembro de 2013. Institui a Política de Inclusão e Acessibilidade da UFPB e cria o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consuni/resolu/2013/Runi34_2013.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016

CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira; COSTA, Maria da Piedade Resende da; DENARI, Fátima Elisabeth. **Acessibilidade de uma cadeirante em uma instituição pública do ensino superior: rotas e rotinas**. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4386/pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

CAMISÃO, Verônica. Desenho Universal e Turismo Inclusivo: o valor desse vínculo. In: ORNSTEIN, Sheila Walbe; PRADO, Adriana Romeiro de Almeida; LOPES, Maria Elisabete (Org.). **Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 9-17.

CAMPOS, Vanessa B. **Os Desafios do Acesso e da Permanência de Pessoas com Deficiência na Educação Superior**. 2014. Disponível em: <http://www.cepae.faced.ufu.br/sites/cepae.faced.ufu.br/VISeminario/trabalhos/oral/eixo9/33_os_desafios_do_acesso_e_da_permanencia_Vanessa_Campos.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2015.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. A expansão e o acesso ao Ensino Superior: os novos desafios da educação brasileira. In: SOUSA JUNIOR, Luiz de; FRANÇA, Magna; FARIAS, Maria da Salete Barboza de. (Org.). **Políticas de Gestão e Práticas Educativas: a qualidade do ensino**. Brasília: Liber Livros, 2011. p. 19-36.

CAVALCANTE, Marília da Silva Santos. **A importância do aluno apoiador na inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino superior**. 2015. 67 f. TCC

(Graduação) - Curso de Ciências Biológicas, Ciências Agrárias, Universidade Federal da Paraíba, Areia, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/tcc-a-importancia-do-aluno-apoiador-na-inclusao-de-alunos.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

CORRÊA, Priscila Moreira. **Acessibilidade no ensino superior:** instrumento para avaliação, satisfação dos alunos com deficiência e percepção de coordenadores de cursos. 2014. 281 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106629/000739828.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação:** políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DISABILITY Rights in America: Educate Your Chapter! 2013. Disponível em: <<https://bestbuddiesylc.wordpress.com/2013/11/21/disability-rights-in-america-educate-your-chapter/>> Acesso em jun. 2016.

ELALI, Gleice Azambuja; DINIZ, João Paulo Gomes. A gradação da acessibilidade física como elemento de orientação e segurança psicológica: Algumas reflexões iniciais. In: COSTA, Angelina Dias Leão; ARAÚJO, Nelma Mirian Chagas de. **Acessibilidade no Ambiente Construído:** Questões Contemporâneas. 2. ed. João Pessoa: Ifpb, 2014. p. 53-72.

FONSECA, Cintia Cibele Ramos; GOMES, Giclele Farias; VANZ, Samile Andréa de Souza. **Acessibilidade e inclusão em bibliotecas:** um estudo de caso. 2011. Disponível em: <<http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4QJX.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

FRIAS, Lincoln. **As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas?** 2012. Disponível em: <<http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/7artigo41.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

GALVINO, Claudio Cesar Temoteo; SILVA, Aparecida Maria da; RAMALHO, Francisca Arruda. **Informação e Inclusão: um olhar sobre as necessidades sócio-informacionais dos alunos portadores de necessidades especiais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Campus I.** 2011. Disponível em: <http://www.portal.ufpb.br/Acessibilidade/Informacao_Inclusao.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓES, Eliane Pinto de. Políticas de Acesso para as Pessoas com Deficiência no Ensino Superior: desafios das experiências brasileiras. In: Seminário Nacional da Rede UNIVERSITAS/Br, 23., 2015, Belém. **Anais eletrônicos...** Belém: ICED/UFPA, 2015. p. 1000-1012. Disponível em: <www.belemvirtual.com/seminarioUniversitas/>. Acesso em: 17 jun. 2015.

HARGREAVES, Andy. Mudanças Pedagógica e Educacional para Sociedades do Conhecimento Sustentáveis. In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas M.; UNTERHALTER, Elaine. (Org.). **Educação Comparada: panorama internacional e perspectivas.** Brasília: UNESCO, CAPES, 2012. p. 165-188. v. 2.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_pdf.shtm>. Acesso em: 23 jul. 2015.

LACESSE, Laboratório de Acessibilidade. **Quem somos**. 2014. Disponível em: <<http://lacesse.wix.com/ufpb#!inicio/mainPage>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira et al. A Permanência de Acadêmicos Negros e Indígenas na Educação Superior no Brasil. In: Seminário Nacional da Rede UNIVERSITAS/Br, 23., 2015, Belém. **Anais eletrônicos...** Belém: ICED/UFPA, 2015. p. 687-705. Disponível em: <www.belemvirtual.com/seminarioUniversitas/>. Acesso em: 17 jun. 2015.

MORAES, Miguel Correia de. **Acessibilidade no Brasil: Análise da NBR 9050**. 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90530/244931.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 maio 2016.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.

RUBIN, Paula N.. The Americans with Disabilities Act: on the right track?. **U.S. Society & Values: Toward Inclusion**, S.I., v. 4, n. 1, p.30-35, jan. 1999. Mensal. Disponível em: <<http://usa.usembassy.de/etexts/crights/ijse0199.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: Wva, 1997.

SILVA, Antônio Rodrigo S. et al. **Proposta de um modelo preditivo para avaliação da acessibilidade em softwares educativos: um estudo de caso sobre o “Menino Curioso”**. 2013. Disponível em: <<http://www.tise.cl/volumen9/TISE2013/308-316.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

SOUSA, Leila Maria Costa; NOVAES, Valéria Silva de Moraes; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. A Política de Financiamento na

Expansão da Educação Superior: comparações entre a CONAE e o PNE. In: Seminário Nacional da Rede UNIVERSITAS/Br, 23., 2015, Belém. **Anais eletrônicos...** Belém: ICED/UFPA, 2015. p. 12-21. Disponível em: <www.belemvirtual.com/seminarioUniversitas/>. Acesso em: 17 jun. 2015.

SOUSA JUNIOR, Luiz de. Políticas de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. In: SOUSA JUNIOR, Luiz de; FRANÇA, Magna; FARIAS, Maria da Salete Barboza de. (Org.). **Políticas de Gestão e Práticas Educativas: a qualidade do ensino**. Brasília: Liber Livros, 2011. p. 37-53.

NAÇÕES UNIDAS. STATUS OF RATIFICATION INTERACTIVE DASHBOARD. 2014. Disponível em: <<http://indicators.ohchr.org/>> Acesso em jun. 2016.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; ALVES, João Bosco da Mota. **A acessibilidade à informação no espaço digital**. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n3/a09v31n3>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

TOSCANO, Geovânia da Silva; MARTINS, Izabel; CARVALHO, Rayana. O Prestígio Social dos Cursos da Saúde na UFPB. In: Seminário Nacional da Rede UNIVERSITAS/Br, 23., 2015, Belém. **Anais eletrônicos...** Belém: ICED/UFPA, 2015. p. 917-934. Disponível em: <www.belemvirtual.com/seminarioUniversitas/>. Acesso em: 17 jun. 2015.

UNITED NATIONS (UN). **Declaration on the Rights of Disabled Persons**. Resolution 3447. New York: United Nations, 9 dez. 1975. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a30r3447.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

UNITED NATIONS (UN). **International Year of Disabled Persons**. Resolution 31/123. New York: United Nations, 16 dez.

1976. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a31r123.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

UNITED NATIONS (UN). **International Year of Disabled Persons**. Resolution 34/154. New York: United Nations, 17 dez. 1979. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a34r154.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

UNITED NATIONS (UN). **World Programme of Action concerning Disabled Persons**. Resolution 37/52. New York: United Nations, 3 dez. 1982. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/37/a37r052.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

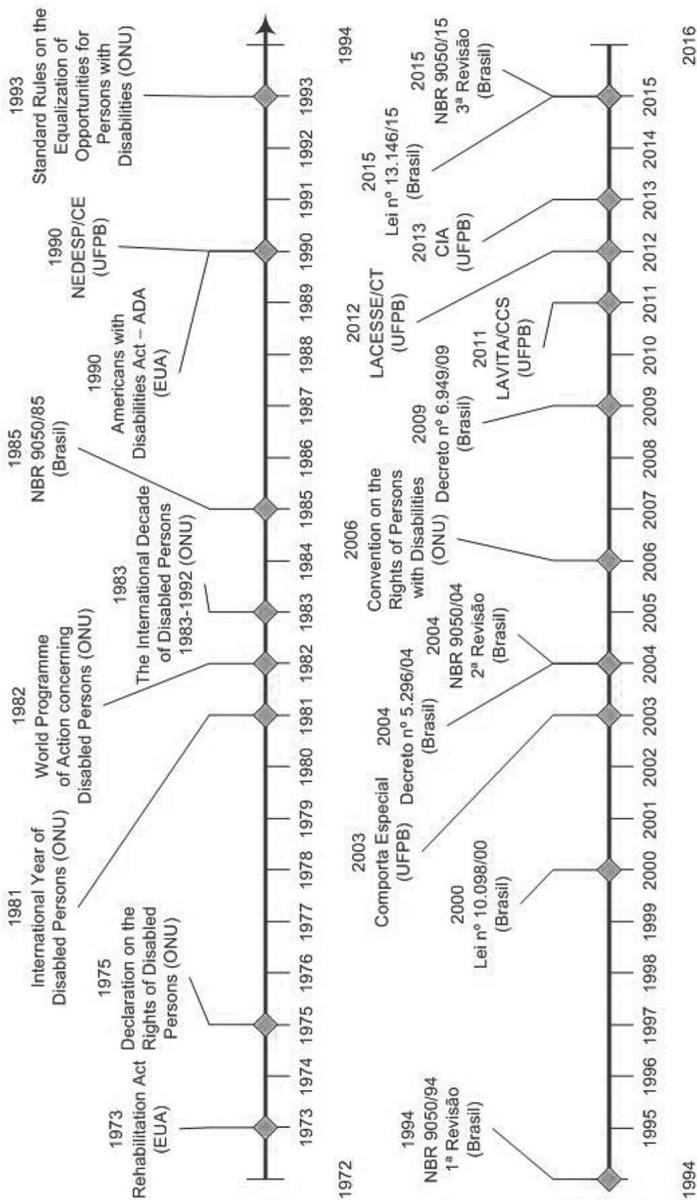
UNITED NATIONS (UN). **Standard Rules on the Equalization of Opportunities for Persons with Disabilities**. Resolution 48/96. New York: United Nations, 20 dez. 1993. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/48/a48r096.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

UNITED NATIONS (UN). **Convention on the Rights of Persons with Disabilities**. Resolution 61/106. New York: United Nations, 13 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a61r106.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

UNTERHALTER, Elaine. Justiça Social, Teoria do Desenvolvimento e a Questão Educacional. In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas M.; UNTERHALTER, Elaine. (Org.). **Educação Comparada: panorama internacional e perspectivas**. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012, p.165-188. v. 2.

WEINZIERL, Djonny. **Considerações acerca do instrumento de avaliação de cursos de graduação do MEC**. 2012. Disponível em: <http://www.redemebox.com.br/index.php?view=article&catid=309:303&id=26888:consideracoes-acerca-do-instrumento-de-avaliacao-de-cursos-de-graduacao-do-mec&format=pdf&option=com_content&Itemid=21>. Acesso em: 21 jan. 2017.

APÊNDICE A - A ACESSIBILIDADE E SEU PERCURSO



FONTE: Elaborado pelos autores, 2016.

SOBRE OS AUTORES

FLAVIANO BATISTA DO NASCIMENTO

Possui curso técnico em Eletrotécnica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (2007), Graduação em Automação Industrial pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (2011), Especialização em Gestão e Avaliação da Educação Superior pela Universidade Federal da Paraíba (2013) e Mestrado profissional em Políticas, Gestão e Avaliação da Educação Superior pela Universidade Federal da Paraíba (2017), Atualmente é técnico em eletrotécnica da Universidade Federal da Paraíba (2013). Tem experiência na área de Engenharia Elétrica, com ênfase em Eletrotécnica, Automação e Instrumentação Industrial.

DAMIÃO DE LIMA

Graduado em História pela UFPB. Mestre em Economia pela UFPB e Doutor em História Econômica pela USP. Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba. Atua na área de História Contemporânea, História, Educação e Ensino de História. Líder do Grupo de Pesquisa: A Condição Discente. Coordenador do Projeto PROLICEN. Coordenador do Subprojeto de História no Programa de Consolidação das Licenciaturas - PRODOCÊNCIA/UFPB. Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Ensino de História e Coordenador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID/HISTÓRIA/UFPB. Membro do Conselho Universitário e Membro do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior.

EU

Este livro foi diagramado pela Editora UFPB em 2018, utilizando a fonte Minion Pro. Impresso em papel Offset 75 g/m² e capa em papel Supremo 90 g/m².



ISBN 978-85-237-1292-1



9 788523 712921